



**Ministério da Cultura**  
**Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC**

**ATA**  
**10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA**  
**CULTURAL**

Brasília (DF), 22 e 23 de Junho de 2010

Local: Hotel St. Peter – Brasília/DF

## 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPC

1 Ao vigésimo segundo dia do mês de junho de dois mil e dez, às nove  
2 horas nesta cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, no Hotel  
3 St. Peter, situado nesta capital, sob a presidência dos Srs. **Gustavo**  
4 **Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) e **Marcelo Veiga** (Coordenador-  
5 Geral do CNPC), na presença dos (as) Conselheiros (as): Sr. Alcione  
6 Alvarenga Pinheiro (Frente Nacional de Prefeitos), Sr. **Álvaro de**  
7 **Melo Salmito** (Sistema S.), Sra. **Ana Cristina Ribeiro da Cunha**  
8 (SECOM), Sra. **Ana Maria Fernandes** (Sociedade Brasileira para o  
9 Progresso da Ciência), Sr. **Maria Adelaide Chamusca** (Ministério da  
10 Educação), Sra. **Carine Cristina de Almeida dos Santos** (Ministério  
11 do Trabalho e Emprego), Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais), Sr.  
12 **Cícero Augusto Ribeiro Sandroni** (Academia Brasileira de Letras),  
13 Sr. **Claudinei Pimentel Mota** (Ministério do Turismo), Sr. **David**  
14 **Fernandes** (Fórum Nacional de Secretários Estaduais), Sr. **Devair**  
15 **Antônio Fioretti** (Museus), Sr. **Edvaldo Mendes Araújo** (Zulu  
16 Araújo) (Ministério da Cultura), Sr. **Fernando Kleiman** (Ministério do  
17 Desenvolvimento Social), Sr. **Fernando Rosseti** (Grupo de  
18 Institutos, Fundações e Empresas), Sr. **Francisco Marcio Caetano**  
19 (Fórum Nacional dos Secretários das Capitais), Sr. **Freddy Van**  
20 **Camp** (Design), Sr. **Genival Oliveira Gonçalves** (Indicação do  
21 Ministro), Sra. **Heloísa Esser dos Reis** (Arquivos), Sr. **Henilton**  
22 **Parente de Menezes** (Ministério da Cultura), Sr. **Henrique**  
23 **Faulhaber Barbosa** (Comitê Gestor da Internet do Brasil), Sr.  
24 **Ignácio José Kornowski** (Confederação Nacional de Prefeitos), Sr.  
25 **Ildeu de Castro Moreira** (Ministério da Ciência e Tecnologia), Sra.  
26 **Ilza Nogueira** (Academia Brasileira de Música), Sr. **Inácio Arruda**  
27 (Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal), Sr. **Isaac**  
28 **Williams Farias Loureiro** (Culturas Populares), Sr. **Ivan Ferraro**  
29 (Música Popular), Sr. **Jeferson Dantas Nevolar** (Arquitetura e

30 Urbanismo), Sr. **Joaquim Crispiniano Neto** (Fórum Nacional de  
31 Secretários Estaduais), Sr. **José Ricardo de Santana** (Entidades de  
32 Pesquisa), Sra. **Julia Alves Marinho Rodrigues** (Secretaria – Geral  
33 da Presidência da República), Sr. **Du Oliveira** (Música Erudita), Sr.  
34 **Lamartine Silva** (Culturas Afro-Brasileira), Sra. **Laura Cristina**  
35 **Maia** (Associação Brasileira de Municípios), Sra. **Laura Tavares**  
36 **Ribeiro Soares** (ANDIFES), Sr. **Luiz Alberto Brizola Cassol**  
37 (Audiovisual), Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio Material), Sra. **Alice**  
38 **Viveiros de Castro** (Circo), Sra. **Maria das Dores C. P. Prado**  
39 (Povos Indígenas), Sra. **Marta Soares** (Ministério das  
40 Comunicações), Sr. **Michel Etlin** (Associação Nacional de Entidades  
41 Culturais), Sra. **Ministra Eliana Zugaib** (Ministério das Relações  
42 Exteriores), Sr. **Newton Guimarães Cannito** (Ministério da  
43 Cultura), Sr. **Nilton Aparecido Bobato** (Livro e Leitura), Sra.  
44 **Norma Paula Moreira da Silva** (Inclusão Social por Intermédio da  
45 Cultura), Sra. **Olga Lopez Novion** (Ministério do Planejamento), Sr.  
46 **Oswaldo Viégas** (CONNECTA), Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte  
47 Digital), Sr. **Renato da Silva Moura** (Artesanato), Sra. **Rosa**  
48 **Coimbra** (Dança), Sra. **Silvana Meirelles** (Ministério da Cultura),  
49 Sr. **Victorino Coutinho Chermont de Miranda** (Instituto Histórico  
50 e Geográfico Brasileiro), Sra. **Virgínia Lúcia Menezes** (Teatro) e do  
51 Sr. **Washington da Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial): Teve  
52 início a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política  
53 Cultural coordenada pelo Senhor **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral  
54 do CNPC), servidor do Ministério de Cultura, destinada a apreciar a  
55 seguinte pauta: **Pauta do dia 22 de Junho de 2010: 1)** Abertura  
56 da Sessão; **2)** Seminário sobre conselhos de Cultura/UFBA; **3)** Nova  
57 proposta da Lei do Direito Autoral; **4)** Ordem do dia; **5)** Nova  
58 estrutura do Fundo Nacional de Cultura. **Item 1) Abertura da**  
59 **Sessão:** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do MinC) abriu a  
60 10ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural e  
61 explicou a pauta do dia; Explanou rapidamente sobre a parceria com

62 a Universidade Federal da Bahia – UFBA e passou a palavra ao  
63 Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares de Cultura da  
64 UFBA para que ele fizesse sua apresentação. **Item 2) Seminário**  
65 **sobre conselhos de Cultura/UFBA:** O Sr. **Albino Rubim**  
66 (Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares de Cultura –  
67 UFBA) cumprimentou a todos e colocou que apresentaria naquele  
68 momento um conjunto de políticas culturais, democracia e conselhos  
69 de cultura; Informou que estava sendo organizado pelo Ministério e  
70 mais um conjunto de instituições de Salvador, particularmente o  
71 Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura que é o Centro que  
72 existe em Salvador dedicado exatamente a pesquisas e estudos no  
73 campo da Cultura; Apresentou que as atividades congregam três  
74 grandes atividades que são: o diagnóstico da situação dos Conselhos  
75 de cultura, o Seminário de 31 de agosto a 01 de setembro, em  
76 Salvador, e os produtos a serem elaborados e difundidos; Explicou  
77 que os objetivos gerais são: Realizar uma investigação sobre o papel  
78 dos conselhos de cultura no Brasil atual, suas relações com políticas  
79 culturais (SNC e PNC) e a democratização da sociedade brasileira;  
80 Possibilitar que as informações, análises e debates acerca do tema  
81 cheguem ao maior número de membros dos conselhos de cultura  
82 existentes no país; e também subsidiar a atuação ativa e qualificada  
83 dos membros dos conselhos de cultura existentes no país, com a  
84 produção de materiais de apoio à sua atuação qualificada. Mencionou  
85 que como objetivos específicos pretendem: Elaborar diagnóstico  
86 preliminar acerca dos conselhos de cultura no Brasil; Promover um  
87 encontro, com transmissão on-line, entre especialistas para discutir o  
88 tema: Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura;  
89 Registrar o encontro e produzir um vídeo; Publicar livro contendo o  
90 estudo e artigos, inclusive em versão digital, para ser disponibilizado  
91 em CD e na internet; Distribuir o CD em todo o Brasil, em especial,  
92 para os conselheiros de cultura e participantes do campo cultural; e  
93 formar rede nacional dos membros de conselhos de cultura no Brasil;

94 Colocou que sobre o seminário que será realizado em Salvador, será  
95 composto por três mesas-redondas: Mesa-redonda 1 - Conselhos e  
96 Democratização do Estado; Mesa-redonda 2 - Conselhos, Planos e  
97 Fundos: Consolidando o SNC; Mesa-redonda 3 - Conselhos de Cultura  
98 no Brasil: Avaliação, Modelos e Perspectivas; e uma Plenária -  
99 Agenda para um trabalho colaborativo: rede de Conselhos de Cultura.  
100 Informou também que o público previsto será de 200 pessoas, dentre  
101 elas: Membros do CNPC; Membros dos conselhos estaduais; Membros  
102 dos conselhos municipais; Membros de outros conselhos de cultura;  
103 Membros dos governos; Ativistas envolvidos com os conselhos;  
104 Estudiosos de políticas e conselhos; e pessoas interessadas no tema.  
105 Mencionou em seguida que os resultados esperados são: Conhecer a  
106 situação dos conselhos de cultura no país; Tornar visíveis o papel  
107 relevante dos conselheiros de cultura; Desenvolver e democratizar os  
108 conselhos de cultura; Aprimorar os membros dos conselhos de  
109 cultura no país; Ampliar a informação dos membros dos conselhos de  
110 cultura; Estimular a articulação entre os membros dos conselhos de  
111 cultura; Estimular e subsidiar a criação de novos conselhos de cultura  
112 no país; Constituir uma rede de debates dos conselheiros de cultura;  
113 e consolidar uma política nacional para os conselhos de cultura;  
114 Ressaltou que existe hoje o CONECTA que articula os membros dos  
115 conselhos de cultura estaduais, mas não existem outras articulações  
116 que envolvam, por exemplo, o Conselho Nacional com os conselhos  
117 estaduais e com conselhos municipais e que, portanto, a ideia é que  
118 se possa criar uma rede que, na verdade, articule os conselheiros e  
119 os conselhos; Relatou por fim, que considerou muito importante a  
120 solicitação do Sr. Gustavo Vidigal de que eles, na Universidade,  
121 fizessem esse projeto, porque esse projeto pode ser uma primeira  
122 iniciativa importante para que o Ministério tenha uma política clara  
123 em relação aos conselhos, não só o Conselho Nacional, mas em  
124 relação aos conselhos de cultura porque, afinal de contas, os  
125 conselhos de cultura devem ser parceiros extremamente importantes

126 do Ministério e da busca de determinadas políticas culturais mais  
127 estratégicas, políticas culturais mais permanentes, políticas culturais  
128 de estado. A Sra. **Virgínia Lúcia Menezes** (Teatro) parabenizou a  
129 todos pelo projeto e disse que via contemplado ali as questões  
130 colocadas; Propôs a inserção de um núcleo comum e que já falassem  
131 do novo paradigma da democracia, da construção dessa política  
132 cultural que todos almejam; Observou a importância da sociedade  
133 brasileira na luta democrática pela política em todos os setores,  
134 inclusive no da cultura, portanto, que as mesas redondas colocadas  
135 seriam ótimas, mas que talvez não contemplasse a sua preocupação  
136 de que a abertura desse seminário fosse feito por algum estudioso  
137 que falasse sobre esse tema “o novo paradigma da cultura e das  
138 políticas culturais plantadas neste país”. O Sr. **Washington da Silva**  
139 **Queiroz** (Patrimônio Imaterial) colocou sua satisfação em estar  
140 presente naquele momento, acrescentando que esse seminário havia  
141 sido discutido no Conselho Estadual de Cultura da Bahia, que ele  
142 conheceu e participou disso, mas que sentia falta de uma mesa-  
143 redonda que fizesse interação dos membros de conselhos de todo o  
144 país com a manifestação que é o ápice de todo o processo  
145 democrático, no sentido de buscar o estabelecimento de marcas e de  
146 uma política pública na área da Cultura, ou seja, uma mesa-redonda  
147 sobre os Conselhos e a sua relação com a Conferência Nacional. O Sr.  
148 **Álvaro de Melo Salmito** (Sistema S.) perguntou o que demandou  
149 esse seminário e, ainda, se esse arco “conselhos e democratização do  
150 estado” não seria um arco pesado; Por fim, questionou qual o papel e  
151 qual o objeto dessa investigação dos conselhos de cultura; Colocou  
152 que o fundamento dos conselhos seria a representação, e que essa  
153 representação está muito desgastada e pouco representativa, por  
154 isso, solicitou alguns esclarecimentos a fim de se ambientar melhor.  
155 O Sr. **Luiz Alberto Crissol** (Audiovisual) se apresentou e colocou  
156 que não teve acesso a proposta inicial, que era a primeira vez que se  
157 apropriava daquela informação, que ela o contemplava, mas que

158 gostaria de participar mais dela; Ressaltou que, de qualquer forma,  
159 foi ao encontro de coisas que ele considera interessantes e que  
160 discussões em pequenos grupos poderiam acrescentar muito a esse  
161 primeiro momento. O Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio Imaterial)  
162 também se apresentou aos conselheiros e colocou sua satisfação por  
163 estar presente em sua primeira reunião naquele Conselho; Disse que  
164 de onde ele vem, que é Juiz de Fora, em Minas Gerais, ele também  
165 participa de vários outros conselhos e inclusive é presidente do  
166 Conselho Municipal de Cultura de lá; Colocou, sobre a questão do  
167 público previsto, que a participação de membros não só dos  
168 conselhos municipais de cultura, como de conselhos correlatos, ele  
169 considera fundamental porque há municípios como Juiz de Fora e  
170 vários municípios mineiros, principalmente depois da implementação  
171 da Lei Robin Hood em Minas Gerais, em que você tem, além dos  
172 conselhos municipais de cultura, um conselho especializado,  
173 específico em patrimônio cultural, e ressaltou que é uma experiência  
174 bastante interessante; Elucidou que, em relação ao seminário em si,  
175 ele acha muito interessante ele fazer parte de um projeto maior em  
176 um segundo momento, de certa forma como um projeto de pesquisa  
177 participante, porque cabe com o meu diagnóstico de investigação;  
178 Disse que talvez a melhor forma de se dar essa investigação, no que  
179 concerne aos conselhos municipais de cultura, seja uma espécie de  
180 convocação desses conselhos através de *sites* e *blogs* na internet;  
181 Observou que se é uma investigação em que eles, ao mesmo tempo,  
182 são objetos e agentes da investigação, então essa seria uma forma  
183 de convocação que talvez fosse interessante ser estudada. O Sr.  
184 **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) encerrou a primeira  
185 rodada de inscrições. O **Prof. Albino Rubim** (Coordenador do Centro  
186 de Estudos Multidisciplinares de Cultura – UFBA) respondeu que tudo  
187 que constava em sua apresentação seria o pontapé inicial e que  
188 tinham dificuldades com os prazos para algumas coisas; Explicou que  
189 as informações que tinham sobre os conselhos se davam em torno de

190 mil conselhos, e que com o universo tão grande de conhecimentos  
191 era impossível de trabalhar, que seriam questões de possibilidade e  
192 de impossibilidades; Explicou também que a discussão na área da  
193 cultura é bem mais ampla do que de muitas outras áreas e que, por  
194 isso, vão contar com a participação de pessoas estudiosas e que têm  
195 experiência para uma discussão com informações diversificadas e de  
196 todas as áreas; Disse que um dos objetivos do seminário é que ele  
197 justamente se torne mais democrático. Na continuidade, respondeu  
198 ao Sr. Álvaro Salmito que, sobre o objeto de identificação, o  
199 conhecimento sobre isso era ainda muito pequeno, que há produção  
200 maior do que conselho de cultura, e que foram levantados materiais  
201 sobre o assunto, textos e documento e há um desconhecimento ainda  
202 muito grande de quantos conselhos são ao todo, o que fazem, suas  
203 composições, funções e etc., portanto, que o objetivo do Seminário  
204 era realmente mais singelo; Respondeu ao Sr. Washington Queiroz  
205 que não daria para colocar no primeiro seminário tudo que era  
206 importante para o Conselho, porque essas relações são mais intensas  
207 e mais óbvias às vezes, e que o Sistema Nacional de Cultura era mais  
208 amplo e ainda que o Conselho tem uma durabilidade que as  
209 conferências não tem, e que mesmo assim não podem colocar tudo  
210 no edital. Segundo o Professor, é uma questão de escolha na  
211 verdade. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)  
212 agradeceu ao Professor Albino Rubim por sua apresentação e passou  
213 a palavra ao Sr. Osvaldo Viégas. O Sr. **Osvaldo Viégas** (CONNECTA)  
214 colocou inicialmente sobre a péssima situação que Alagoas vivência  
215 no momento, com mais de 26 mortes, mais de 20 municípios  
216 alagoanos em estado de emergência, 15 municípios em calamidade  
217 pública; Observou que alguns municípios praticamente saíram do  
218 mapa, sedes municipais, 80 mil pessoas desabrigadas ou  
219 desalojadas, e as 19 mortes já passaram para 26; Ressaltou que o  
220 número de 1.000 desaparecidos já reduziu para cerca de 600, mas é  
221 sinal de que o número de mortos vai aumentar significativamente;



222 Informou que a prefeita foi resgatada de uma laje de uma casa e que  
223 não tem mais nenhum prédio público; Ressaltou que contava com a  
224 solidariedade de todos, e propôs ao Conselho que tivessem uma  
225 solidariedade cultural e, também, de uma moção, de que o Ministério  
226 da Cultura se fizesse presente não só em Alagoas, mas também em  
227 Pernambuco; Informou que no dia anterior, o Presidente Lula se  
228 reuniu com o governador Antônio Vilela, de Alagoas, e com o  
229 governador Eduardo Campos, de Pernambuco, e já destinou 150  
230 milhões para o socorro às vítimas e atividades necessárias. O Sr.  
231 **Álvaro de Melo Salmito** (Sistema S.) informou, de imediato, que  
232 levaria em frente essa questão ao Departamento Nacional e que iria  
233 acionar, no horário de almoço, Alagoas e Pernambuco nessa ajuda. O  
234 Sr. **Oswaldo Viégas** (CONNECTA) agradeceu e iniciou sua explanação  
235 explicando o que era o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de  
236 Cultura - CONNECTA; Informou que a criação do Fórum foi em 1º de  
237 agosto de 1998; Explicou que a atual gestão do Fórum compreende  
238 um período iniciado na reunião de Teresina/PI, a qual ocorreu de 10 a  
239 12 de abril de 2008, quando o Prof. Paulo Nunes (PI) assumiu a  
240 presidência interinamente, até a assembleia realizada no mês de  
241 agosto em Brasília, quando o Presidente foi eleito, ele mesmo, para  
242 um período de um ano e posteriormente reconduzido, em agosto de  
243 2009, para mais um mandato; Informou que, desde agosto de 2008,  
244 todas as reuniões se concentraram em Brasília/DF, num total cinco  
245 reuniões, sendo 02 ordinárias, as quais têm periodicidade anual, e  
246 quatro extraordinárias: 07 e 08 de agosto de 2008 (ordinária -  
247 Eleição da Diretoria Executiva - Gestão 2008/2009) - 19 CEC's  
248 presentes; 21 de novembro de 2008 (extraordinária) - 08 CEC's  
249 presentes; 05 de março de 2009 (extraordinária) - 17 CEC's  
250 presentes; 18 de junho de 2009 (extraordinária) - 08 CEC's  
251 presentes; 27 de agosto de 2009 (ordinária - Eleição da atual  
252 Diretoria Executiva - Gestão 2009/2010) - 13 CEC's presentes; 12 de  
253 dezembro de 2009 (extraordinária) - 07 CEC's presentes; 11 e 12 de

254 março de 2010 (extraordinária) – 07 CEC's presentes. Apresentou a  
255 atual Diretoria Executiva do CONECTA, sendo esta: Presidente, o Sr.  
256 Osvaldo Viégas/AL; Vice-Presidente, o Sr. Marcus Accioly/PE; Vice-  
257 Presidente da Região Norte, o Sr. Luiz Carlos de Matos Bonates  
258 (Kaká)/AM; Vice-Presidente da Região Nordeste, o Sr. Antonio Albino  
259 Canelas Rubim/BA; Vice-Presidente da Região Centro-Oeste, a Sra.  
260 Rosa Maria Leonardo Coimbra/DF; Vice-Presidente da Região  
261 Sudeste, a Sra. Ana Arruda Callado/RJ; e como Vice-Presidente da  
262 Região Sul, o Sr. Edson Busch/SC. Na sequência, o Sr. **Osvaldo**  
263 **Viégas** explicou que existem 24 conselhos ativos, há dois conselhos  
264 estaduais inexistentes, em Minas Gerais e Rondônia, um conselho  
265 estadual em reformulação na Região Sul, no Paraná, e ainda um  
266 desativado temporariamente, no Amapá; Informou que a  
267 periodicidade das reuniões se dá da seguinte forma: Semanal (AP,  
268 BA, GO, PB, PE, PI, RN, RR, SC), Quinzenal (MT, MS, RJ), Mensal (AC,  
269 AM, CE, DF, ES, MA, PA, RS, SE, SP, TO) e Trimestral (AL). Ressaltou  
270 que a diversificação é bastante acentuada, de modo que o  
271 quantitativo de membros varia de 09, como é caso do Piauí, com até  
272 54 conselheiros e, como ocorre no Espírito Santo, com média de 20  
273 membros. Observou que o pagamento de Jeton é feito de forma  
274 igual, observa-se a diversidade quanto à existência ou não de  
275 pagamento, assim como do valor recebido por conselheiro em cada  
276 Estado, variando de R\$ 90,00 até R\$ 1.200,00 por sessão; Relatou  
277 que a maioria apresenta composição paritária (indicação do Governo  
278 e da Sociedade Civil) e que, no entanto, existem alguns conselhos  
279 estaduais com membros de livre escolha do Governador, como no  
280 caso de Pernambuco, e o caso da Bahia, onde a composição é  
281 exclusivamente de membros da sociedade civil; Explicou que o plano  
282 anual do CONECTA na gestão de 2009/2010 é de consolidar o  
283 processo de reorganização e reposicionamento político do ConECTa,  
284 visando situá-lo adequadamente enquanto Fórum de relevância na  
285 área cultural, e de ampliar o espaço de representação do ConECTa

286 junto ao CNPC, ao MinC e à Frente Parlamentar Mista em Defesa da  
287 Cultura; E ainda, consolidar quadro sintético das características dos  
288 diversos Conselhos Estaduais de Cultura, compreendendo dados de:  
289 composição, frequência das reuniões, cópia dos regimentos internos e  
290 demais dados; Promover intercâmbio entre os Conselhos Estaduais,  
291 visando a melhoria de atuação e eficiência; e continuar estimulando  
292 aqueles estados que não dispõem de Conselhos Estaduais a  
293 promoverem a implantação dos mesmos. O Sr. **Oswaldo Viégas**  
294 encerrou sua apresentação dizendo que a prioridade e o autoritarismo  
295 venceram, e sugeriu uma moção com relação à desativação, sem  
296 entrar em detalhes, e reforçando a importância dos conselhos  
297 estaduais. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)  
298 informou que encerraria as inscrições das falas e controlaria o tempo.  
299 A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) parabenizou a apresentação do  
300 ConECTa, pois considera fundamental essas informações serem  
301 disponibilizadas em vista da importância dos conselhos de cultura;  
302 Solicitou, ainda, que os slides fossem disponibilizados por julgar as  
303 informações importantes; Perguntou, sobre o público previsto de  
304 participantes, como se daria essa participação, essa escolha, como  
305 seria feito isso; Perguntou também se existia alguma previsão de  
306 representantes dos colegiados das áreas e como elas poderiam  
307 participar. A Sra. **Laura Cristina Maia** (Associação Brasileira de  
308 Municípios) perguntou, considerando que a grande maioria dos  
309 municípios brasileiros ainda não tem conselhos municipais de cultura  
310 e diante da necessidade que, nesse momento, esses municípios têm  
311 de formarem esses conselhos, se não seria o caso de incluir mais  
312 uma ação nesse projeto com o objetivo de incentivar a criação desses  
313 conselhos municipais de cultura e de orientar em como fazer;  
314 Ressaltou que isso seria já em consonância com as políticas públicas  
315 culturais. A Sra. **Virgínia Lúcia Menezes** (Teatro) perguntou se as  
316 mesas-redondas serão juntas ou separadas. O **Prof. Albino Rubim**  
317 (Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares de Cultura –

318 UFBA) informou que serão separadas. A Sra. **Virgínia Lúcia**  
319 **Menezes** (Teatro) ressaltou que isso contemplaria sua preocupação  
320 sobre paradigma na primeira mesa; Propôs que na página sete, sobre  
321 os materiais que serão encaminhados aos conselhos, que  
322 encaminhassem também aos participantes. O Sr. **Marcelo Veiga**  
323 (Coordenador-Geral do CNPC) informou sobre a chegada do Ministro  
324 da Cultura. A Sra. **Alice Viveiros de Castro** (Circo) se apresentou  
325 aos conselheiros e colocou sobre o Circo, brincou que Circo não tem  
326 CEP, mas que isso sempre gera problemas, pois não está ligado  
327 diretamente e nem às ações dos estados, e nessa relação o Circo se  
328 prejudica muito; Observou que o Colegiado tem feito esse papel e  
329 colocou que a participação do Circo no Conselho Nacional é muito  
330 importante; Ressaltou a questão da proibição dos animais no Circo e  
331 que a posição do Colegiado é pela regulamentação disso e não pela  
332 proibição ou liberação, mas sim pela regulamentação; Colocou que  
333 há, hoje, uma campanha que contou com o apoio do Ministério do  
334 Meio Ambiente por um bom tempo dizendo "*o circo legal não tem*  
335 *animal*", que é um contra-senso, uma discriminação absoluta, uma  
336 visão bastante estreita do que seja a proteção dos animais;  
337 Ressaltou, ainda, que querem uma regulamentação que atenda ao  
338 cuidado com os animais, a segurança do público, mas que não  
339 distorça ou aniquile a cultura do circo, essa cultura de relação com os  
340 animais de uma forma mais lúdica, prazerosa e respeitosa. O Sr.  
341 **Ignácio José Kornowski** (Confederação Nacional de Prefeitos)  
342 parabenizou o Sr. Osvaldo pela apresentação e pelo raio-x feito;  
343 Colocou que, para que um conselho tenha credibilidade, a composição  
344 deve ser paritária, ou seja, o mínimo de componentes do Estado;  
345 Ressaltou que essa revisão em nível nacional tem que ser feita, que  
346 ela é importante para que oportunize a todos termos os conselhos,  
347 inclusive nos municípios, porém leves, enxutos, com a participação da  
348 sociedade civil, porque ela evita inclusive vícios de decisões até  
349 políticas.; Disse que nesse ponto acredita que esse movimento tem

350 que ser feito, principalmente pela reorganização dos conselhos  
351 estaduais e, depois, o estímulo aos municípios que também são  
352 importantes. O Sr. **Freddy Van Camp** (Design) se apresentou e  
353 enfatizou o fato de que o Ministério introduziu uma série de novas  
354 áreas nesse Conselho, e que isso deveria ser replicado aos conselhos  
355 estaduais já existentes e aos conselhos a serem formados, assim  
356 como aos municipais também; Solicitou que, tanto no CONECTA  
357 como no seminário, a introdução da discussão, uma paridade com as  
358 recomendações do Conselho Nacional de Políticas Culturais e das  
359 inserções ao novo Conselho de Políticas Culturais fossem observados.  
360 O Sr. **Nilton Aparecido Bobato** (Livro e Leitura) cumprimentou a  
361 todos; Colocou que não existe nenhum movimento da área do  
362 governo do estado no Estado do Paraná, e nem no sentido de  
363 constituir o Conselho de Cultura do Estado do Paraná; Observou que  
364 mentiram, ainda não existe não, e que não sabe de onde saiu essa  
365 informação; Colocou que o Governador havia se comprometido, mas  
366 acho que alguém esta mentindo para o CONECTA, pois no Estado do  
367 Paraná não existe isso; Colocou também que iniciaram um  
368 movimento, a pouco mais de dois meses, dos atores culturais do  
369 estado no sentido de cobrar, criaram até um movimento chamado  
370 Movimento Pró-Conselho Estadual de Cultura, e que a receptividade  
371 por parte do governo do estado foi péssima. O Sr. **Jeferson Dantas**  
372 **Nevolar** (Arquitetura e Urbanismo) se apresentou e colocou, com  
373 relação às vítimas recentes de Alagoas, que isso poderia ter sido  
374 evitado, que a falta de planejamento territorial deste país, a falta da  
375 arquitetura como cultura nesse país infelizmente causam diversas  
376 vítimas; Disse que a ocupação do território ainda não é feita sob o  
377 enfoque do planejamento, sob o enfoque da cultura, que a ocupação  
378 é feita pelo enfoque da especulação; Ressaltou, como solução para  
379 isso, que o Instituto de Arquitetos do Brasil propõe sempre, em cada  
380 reunião, que a questão da territorialidade sobre o aspecto da cultura  
381 seja considerado; Ressaltou também que em 2012 acontecerá, em

382 Alagoas, um Congresso Latino Americano de Arquitetos onde um dos  
383 principais temas é a questão do território; Disse também que gostaria  
384 que a questão da arquitetura como cultura extrapolasse o conceito do  
385 patrimônio histórico, que fosse em cima do conceito de qualidade de  
386 vida, de cidadania e de formação de pessoas. O Sr. **Du Oliveira**  
387 (Música Erudita) informou que também faz parte da ASGOM –  
388 Associação dos Músicos do Estado de Goiás; Solicitou o apoio de  
389 todos para uma situação nacional que vem acontecendo com a  
390 música e com a apresentação pública da música em vários lugares,  
391 em vários setores da sociedade, da cidade onde a gente vive;  
392 Informou que existem duas resoluções, uma da Organização Mundial  
393 da Saúde que acabou virando lei em vários municípios, que  
394 determina certo limite de decibéis nas áreas da cidade de acordo com  
395 vários critérios estipulados pela Organização Mundial da Saúde;  
396 Informou também que, por outro lado, tem a UNESCO colocando a  
397 cultura como um patrimônio fundamental da humanidade e que a  
398 música, como parte desse patrimônio cultural, precisa do espaço  
399 público para se apresentar; Comentou que está discutindo junto com  
400 a Funarte a construção de um Congresso Brasileiro da Música para  
401 equalizar espaços públicos ou privados, onde essa relação de conflito  
402 possa ser equalizada; Levantou esses problemas para que o próprio  
403 Ministério possa ser parceiro na sua resolução. O **Prof. Albino**  
404 **Rubim** (Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares de  
405 Cultura – UFBA) respondeu que acertaram com o Ministério da  
406 Cultura que, com recurso que já está na universidade, 50 pessoas  
407 vão ser pagas para serem representantes de Conselhos municipais e  
408 de alguns estaduais que tenha dificuldades e que levem, também,  
409 nomes de estudiosos para montar uma rede para assessorar aos  
410 municípios, mas que ainda não definiram a forma que serão feitas  
411 essas escolhas; Disse também que parece que o pessoal do Sistema  
412 Nacional estaria produzindo uma espécie de cartilha nesse sentido de  
413 como criar conselhos, dando uma série de passo a passo e sugestões,

414 o que ajudaria e daria subsidio a isso. O Sr. **Isaac Williams Farias**  
415 **Loureiro** (Culturas Populares) observou que estão lutando há mais  
416 de 500 anos e que é muito importante viver um momento histórico, e  
417 que esses movimentos sejam reconhecidos e que tenha garantida a  
418 sua presença, a sua participação dentro de uma instância como o  
419 CNPC; Disse que é fruto desse momento histórico, mas é também  
420 fruto de todo um movimento de luta, de afirmação da importância  
421 das tradições, da tradição oral, da cultura popular para o conjunto da  
422 sociedade brasileira; Ressaltou que nesse sentido saudaria a todos  
423 com um verso de um mestre do Pará, um mestre já falecido chamado  
424 Lucindo, que morava no litoral, um antigo pescador que numa música  
425 ele disse: "*Se eu soubesse que tu vinhas, Eu fazia o dia maior, dava*  
426 *um nó na fita verde, Prá prender raio de sol. Se eu soubesse que tu*  
427 *vinhas, Eu fazia o dia maior, dava um nó na fita verde, Prá prender*  
428 *raio de sol*"; Ressaltou ainda que era importante, no contexto da  
429 discussão dos conselhos, garantir essa presença dos colegiados no  
430 debate porque eles têm uma dificuldade muito grande nos conselhos  
431 existentes em procriar, em incluir certos segmentos como, por  
432 exemplo, a cultura indígena nos municípios que têm tribos indígenas,  
433 etnias, a cultura afro-brasileira nas comunidades que têm  
434 remanescente de quilombos, sendo então fundamental criar algum  
435 mecanismo que garantisse essa representação. O Sr. **Oswaldo**  
436 **Viégas** (CONNECTA) disse que, com relação ao Paraná, depois  
437 conversariam, mas que ele está em reformulação; Acrescentou que a  
438 convite da Secretaria Geral do CNPC, foi fazer uma apresentação no  
439 Fórum Social Mundial em janeiro, em Novo Hamburgo, e os pontos  
440 importantes são legitimidades, os desafios e que o recorte estadual  
441 não tinha um número significativo de representantes; Ressaltou que  
442 defende muito uma diversidade de estruturas, porque talvez possa  
443 nos municípios se encontrar alguma vinculação de conselhos pré-  
444 existentes porque no final são as mesmas pessoas que vão refletir,  
445 considerar e trazer discussões sobre diversos aspectos; Disse que,

446 sempre que se representa um coletivo, tem que se discutir com seus  
447 pares e não expor uma posição individual; Ressaltou a importância de  
448 uma mobilização dos diversos grupos coletivos e que haja não  
449 simplesmente um espaço que é colocado e que muitas vezes não vem  
450 uma pessoa que seja representativa, que tenha um posicionamento,  
451 que tenha um processo de interação entre estrutura governamental e  
452 representação da sociedade. **Item 3) Nova proposta da Lei do**  
453 **Direito Autoral:** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)  
454 fez breves considerações sobre os pontos de pauta e passou a  
455 palavra ao Senhor Ministro de Estado da Cultura, Juca Ferreira. O  
456 **Exmo. Juca Ferreira** (Ministro de estado da Cultura) desejou boa  
457 sorte a todos os conselheiros neste novo mandato e os lembrou sobre  
458 sua importância na gestão cultural; Informou que estão aprimorando  
459 o processo de escolha dos conselheiros, pois é preciso constituir um  
460 processo onde a presença seja cada vez mais representativa do  
461 segmento que está sendo representando; Colocou que incorporaram  
462 completamente o Conselho Nacional na formulação, na avaliação das  
463 políticas, e que sistema representativo no Brasil é muito complexo;  
464 Disse que todas as instituições têm margens de representatividade  
465 pequena e algumas inclusive muito pequena, e que ao mesmo tempo  
466 é necessário esse exercício do compartilhamento com a sociedade da  
467 gestão das políticas públicas porque, sem essa participação, o estado  
468 diminui muito a capacidade de acerto; Relatou que não é dentro de  
469 gabinete que se formula política pública, que o Ministério tem usado a  
470 consulta pública como um instrumento, tanto a consulta e quanto a  
471 participação, e que todas as políticas são precedidas de longos  
472 debates; Ressaltou que, às vezes, alguns não compreendem a  
473 importância desses processos serem longos, mas que tem que  
474 consultar o outro também, tem que ir até as regiões mais distantes  
475 do território; Comentou que fizeram um esforço enorme de produzir  
476 uma proposta de direito autoral, que tiveram 80 reuniões setoriais  
477 nesses últimos anos, sete seminários nacionais, um seminário



478 internacional, e também fizeram um estudo comparativo de  
479 legislação de direito autoral em vinte países no mundo e consultorias  
480 especializadas com técnicos na área; Colocou que, para gerar um  
481 processo que atualize o direito autoral no Brasil, tinham  
482 inevitavelmente que estudar para onde está evoluindo o direito  
483 autoral no mundo; Disse que ninguém sabe o resultado do processo  
484 eleitoral e evidentemente todas as conquistas ficam à mercê da  
485 sensibilidade social, do que a sociedade exige que seja mantida dos  
486 processos de avanço e, na medida em que essa transição tem uma  
487 estrutura com essa qualidade, com essa função, isso pode garantir  
488 uma estabilidade e um processo de continuidade com as devidas  
489 mudanças e aprimoramento são necessários; Colocou que o  
490 Ministério é um Ministério bem sucedido e, em qualquer área que se  
491 examinar, são melhores do que tudo que encontrarem, inclusive na  
492 dimensão ética do espírito republicano no trato com a coisa pública;  
493 Ressaltou que essa construção não é uma construção que seja só  
494 deles, e que o Ministério é bem sucedido também porque soube que  
495 não se constrói política pública dentro de gabinete e de repartição  
496 pública; Colocou que qualquer mudança, por menor que seja, tem  
497 uma dose de desconforto, mas são as mudanças que garantem o  
498 deslocamento de uma situação para uma situação melhor; Relatou  
499 que uma das intervenções é que o Brasil cresceu e se urbanizou sem  
500 nenhuma política de fato de racionalização do território, sem gestão  
501 pública desse território; que quando não é a miséria é a especulação  
502 imobiliária que define o contorno das nossas cidades, gerando esse  
503 inferno que nós temos hoje e que vamos ter que correr atrás do  
504 prejuízo para que, nas próximas décadas, se tenha o mínimo de  
505 racionalidade urbana e o mínimo de possibilidade e conforto;  
506 Ressaltou que todas essas mudanças são frutos de uma sociedade  
507 que cresceu de forma autoritária, onde a dimensão pública sempre  
508 esteve submetida à interesses privados, que é preciso se constituir de  
509 fato um movimento de definição de uma verdadeira república onde

510 existam critérios públicos, critérios públicos sejam determinados por  
511 processos onde a sociedade tem a possibilidade de participação;  
512 Colocou, ainda, que o Ministério, apesar de ser bem sucedido porque  
513 comparativamente ao que encontramos foi um avanço monstruoso,  
514 tem o papel de garantir a liberdade de expressão e que, mesmo que  
515 o Estado garanta, é preciso regular o mercado porque o mercado não  
516 garante; Disse que até pouco tempo, nos Estados Unidos, só poderia  
517 vincular 25% do tempo total de produção própria, para garantir a  
518 democracia de acesso da produção independente às telinhas de  
519 televisão, e nada disso é regulado no Brasil. O **Exmo. Juca Ferreira**  
520 (Ministro de estado da Cultura) colocou também que a narrativa da  
521 democracia não é heroica, ela é de muita concessão, muita escuta,  
522 respeito ao outro, sempre resultante de uma soma, é uma média  
523 ponderável entre as diversas e às vezes isso é mal interpretado;  
524 Disse que, sobre o cenário real do que foi feito na política cultural, é a  
525 área do Governo Lula que mais avançou no sentido de implantar  
526 república, de uma coerência absoluta; Ressaltou que, em relação aos  
527 povos indígenas, avançaram no sentido de assumir que ela é parte da  
528 cultura brasileira e que merece todo o apoio como todas as outras  
529 áreas; Colocou que hoje possuem uma relação de atendimento de  
530 demandas culturais dos povos indígenas que já ultrapassam o  
531 número de seis e que tem atingindo muito mais da metade do  
532 universo desses povos indígenas através de editais, de possibilidade  
533 de acesso e editais específicos de financiamento das atividades  
534 tradicionais e contemporâneas dos povos indígenas; Informou que  
535 sabe que a sociedade brasileira está impregnada de um  
536 etnocentrismo que chega ao ponto de refinamento, que são os  
537 antropólogos e as autoridades das estruturas institucionais que  
538 cuidam dos índios, que diz que para serem índios o que eles têm que  
539 fazer e o que não podem fazer, quando na verdade eles gostam de  
540 novela, gostam de banda larga, gostam de computador, gostam de  
541 filmar, gostam de todos esses equipamentos que todos gostamos

542 também; Acrescentou que isso tudo é uma pequena parte de um  
543 processo complexo de construção e que isso demora, que é preciso  
544 paciência, que é preciso escutar o outro, o outro seja que outro for;  
545 Relatou que o respeito só se realiza quando há uma compreensão da  
546 complexidade do processo, e que o Brasil está vivendo um momento  
547 de crescimento, mas que não basta só aumentar o poder aquisitivo, é  
548 preciso disponibilizar educação de qualidade e acesso pleno à cultura  
549 a todos os brasileiros de todas as regiões; Corroborou que na  
550 mudança da Lei Rouanet a reação também foi muito positiva, porque  
551 os parlamentares compreenderam que, independente se é da base do  
552 governo ou da oposição, o seu estado tem o direito de ter acesso aos  
553 recursos federais; Disse que não se justifica o fato de ter estado que,  
554 nesses 19 anos de Lei Rouanet e do atual regime de distribuição do  
555 recurso federal, tenha um zero vírgula qualquer coisa ou 1% dos  
556 recursos enquanto tem estado que recebe 50%, 40% do total dos  
557 recursos; Colocou que estão constituindo bibliotecas que são  
558 verdadeiros centros culturais, e que vão construir bibliotecas  
559 referências em cima de todos os aspectos fundamentais para  
560 construção dessa complexidade cultural brasileira; Relatou que na  
561 área de museus também avançamos, que criaram o Instituto  
562 Brasileiro de Museu, que os museus hoje são pouco visitados, mas  
563 que irão fortalecer esse sistema e que vão criar um sistema de  
564 disponibilização para o processo educacional brasileiro, para escolas,  
565 e para o público em geral; Colocou também que estão trabalhando  
566 internacionalmente, aprofundando as relações do Brasil com os países  
567 da América Latina, da África e da Ásia, que chegou a hora de  
568 tratarmos a economia da cultura em outro patamar; Ressaltou que  
569 todas as pesquisas indicam o Ministério da Cultura está muito bem  
570 avaliado pela população e pela área cultural, que isso é um  
571 patrimônio, é um patrimônio do Estado Brasileiro, mas é,  
572 principalmente, um patrimônio da sociedade brasileira que foi  
573 constituído; Disse ainda que o Estado é fundamental para constituir

574 esse ambiente, essa infra-estrutura, esse apoio e essa capacidade, de  
575 fato, da sociedade potencializar a sua produção simbólica e ter nela  
576 um espelho de si mesmo e uma possibilidade de ampliar a qualidade  
577 da vida humana; Observou que hoje o mundo brasileiro é muito  
578 complexo, que ele repete isso em todo lugar que vai, que foi uma  
579 descoberta que ele fez no Ministério e acha que o discurso brasileiro é  
580 atrasado em relação a isso, que nós temos mais libaneses do que no  
581 Líbano, que nós temos a maior colônia japonesa no mundo, que nós  
582 temos a maior colônia alemã no exterior, e que quase todos os povos  
583 do mundo têm uma representação aqui nesse Brasil do século XXI;  
584 Atentou que nós precisamos manter o diálogo intercultural,  
585 precisamos manter essa abertura do Brasil de assimilação de diálogo  
586 que foi constatado lá no início do século passado pelos modernistas;  
587 Comentou que essa capacidade de assimilação, de reconstrução de  
588 todo o universo simbólico, que isso é política pública, isso é  
589 construção, isso é princípio, isso é lucidez; Informou que o Samuel  
590 Barrichelo iria apresentar a proposta de mudança, de modernização  
591 do direito autoral no Brasil, e que essa proposta estava em consulta  
592 pública, que iria passar 45 dias; Colocou também que estava com a  
593 ideia de criar uma comissão representativa, incluindo o ECAD, para  
594 processar as contribuições e chegar a um projeto final que já vá com  
595 uma grande legitimidade para o Congresso; Ressaltou que mesmo se  
596 não houvesse um mundo digital a nossa lei seria absolutamente  
597 inadequada, principalmente se você comparar com todas as  
598 legislações do mundo; Observou que, considerando o mundo digital,  
599 ela é incapaz de garantir a realização do direito autoral, muito menos  
600 a harmonização com o direito de acesso, com direito de segurança  
601 jurídica dos investidores e com direito de um tratamento respeitoso  
602 por parte dos usuários desses conteúdos culturais; Ressaltou que é  
603 uma legislação fruto de um trabalho muito grande, até porque o  
604 conceito de gestão cultural era um conceito mais simbólico, mas que  
605 o resultado do trabalho é muito bom; Por fim, informou que não

606 poderia ficar mais, pois viajaria para Aracaju, mas desejou boa sorte  
607 a todos os conselheiros e ressaltou que todos tinham uma  
608 responsabilidade grande nessa transição que será feita para próxima  
609 gestão. Na continuidade, passaram ao próximo item de pauta. **Item**  
610 **3) Nova proposta da Lei do Direito Autoral:** O Sr. **Sr. Samuel**  
611 **Barrichelo** (Diretoria de Direitos Intelectuais) iniciou sua  
612 explanação; Informou que apresentaria naquele momento as  
613 propostas do Ministério da Cultura de revisão da Lei de Direito  
614 Autoral; Colocou que da mesma maneira que o Ministro fez um  
615 agradecimento pelo trabalho da equipe, ele também agradecia em  
616 público ao Ministro, ao Ministro Gil que também por ali passou, ao  
617 Secretário Alfredo Manevy, que foi o Secretário de Políticas Culturais  
618 e agora é o Secretário-Executivo, porque essa proposta que todos  
619 verificariam ali era a primeira proposta do Ministério da Cultura na  
620 área de direito autoral, desde o ano de 1990; Observou que já se  
621 passaram mais de vinte anos e é a primeira vez que o poder  
622 executivo, que o Ministério da Cultura, realmente resolve voltar a ter  
623 um papel ativo nessa área; Colocou que a última proposta que houve  
624 nesse sentido foi em 1990 e, na verdade, não foi nem uma proposta  
625 do Ministério, foi uma proposta do então presidente da república, e  
626 que foi uma proposta de total desaparecimento de um papel do  
627 estado na área do direito autoral; Atentou que a proposta anterior foi  
628 uma proposta radical, de supressão, uma proposta de  
629 desaparecimento e o tema direito autoral foi jogado numa espécie de  
630 segundo plano; Informou que esse processo que hoje é o final de um  
631 processo que foi iniciado com a gestão do Ministério Gil, um processo  
632 que teve já um curso com a reestruturação do direito autoral, com o  
633 setor mais fortalecido, mais capacitado, e que com essa  
634 reestruturação conseguiu apresentar uma proposta à sociedade  
635 depois de realizados mais de oitenta reuniões setoriais, seminários  
636 nacionais, internacionais, consulta às legislações de outros países e  
637 muitas conversas com especialistas do tema, seja no Brasil, seja no

638 exterior; Explicou que a consulta pública se iniciou segunda-feira  
639 passada e que ele passaria em alguns termos muito gerais dessa  
640 consulta, sobre as propostas e o que estão prevendo em relação a  
641 isso; Informou que é necessário enfatizar que todo o bem cultural  
642 comporta alguma forma de propriedade intelectual, e que quando se  
643 fala de financiamento à cultura, quando se fala de exploração, de  
644 consumo, de uso, de interpretação ou de emissão por uma  
645 radiodifusão, de emissão ou de fixação em um disco, em um  
646 fonograma, está se falando de algo que está protegido por um direito  
647 autoral; Explicou que o direito autoral é a forma que o direito se  
648 concretiza na área da cultura, a forma como você normativa todos os  
649 relacionamentos que se dão na área da cultura; Colocou que o direito  
650 autoral rege desde aquele ato de você cantar uma música, do ato de  
651 você recitar uma poesia, do ato de você chegar e também baixar  
652 alguma coisa da internet, um conteúdo protegido da internet, e que a  
653 gente chegar e citar sobre literatura, sobre todas essas formas que o  
654 direito autoral permeia; Colocou que, quando se fala em direito  
655 autoral, tem que se verificar todos os elos que são regidos pela Lei de  
656 Direito Autoral, seja o elo da criação, o elo da distribuição, o elo da  
657 produção e/ou o elo da fruição ou do consumo; Ressaltou que todas  
658 essas relações são regidas então pela Lei 9.610, então toda vez que  
659 vemos um filme na TV, pegamos um DVD, verificamos lá que eles  
660 citam a Lei 9.610, que eles citam o código penal; Disse que o  
661 objetivo então nesse momento da legislação de direito autoral é  
662 buscar algo que não foi pensado na legislação anterior de 98, e que  
663 lei atual vigente de direito autoral foi alterada em um período em que  
664 o poder executivo, e principalmente o Ministério da Cultura, foram  
665 praticamente omissos em relação a um projeto; Colocou também que  
666 a lei atual é uma lei desequilibrada, é uma lei que não trata em  
667 caráter equilibrado os criadores, os investidores e os cidadãos;  
668 Comentou que tratava-se então de reequilibrar essa Lei, reequilibrar  
669 os direitos dos investidores, dos criadores e dos cidadãos em relação

670 à cultura, em relação à fruição dos bens culturais, isso normatizado  
671 pela Lei de Direito Autoral; Explicou que a Lei de Direito Autoral é  
672 uma Lei complexa, é uma Lei que realmente não é de interpretação  
673 inicial para aqueles que não a conhecem, não é uma Lei que seja  
674 possível você ter um entendimento amplo da matéria numa visão  
675 inicial, é uma Lei que demanda bastante estudo; Colocou que existem  
676 três pólos: dos criadores, da dimensão de criação do acesso e da  
677 dimensão dos investidores de uma maneira bastante sintética;  
678 Ressaltou que o motivo principal da revisão da Lei dos Direitos  
679 Autorais seria, primeiro, assegurar os direitos dos autores, em  
680 segundo lugar dar segurança jurídica aos investimentos e, em  
681 terceiro lugar, garantir o acesso aos produtos culturais; Comentou  
682 que no processo de consulta prévia foi feito o Fórum Nacional de  
683 Direito Autoral, que ficou mais ou menos dois anos na rua, no qual  
684 fizeram vários seminários, várias reuniões setoriais, várias conversas  
685 onde buscaram ouvir o que a sociedade tinha a contribuir e o que a  
686 sociedade tinha a falar em relação ao estado atual da Lei; Disse que  
687 todo o trabalho realizado estava disponível no *site* do Ministério da  
688 Cultura em [cultura.gov.br/direitoautoral](http://cultura.gov.br/direitoautoral); Colocou também que o foco  
689 principal da Lei era a proteção ao autor e que, diferentemente do  
690 sistema anglo-saxão, por exemplo, que é o famoso *copyright*, que  
691 trata uma tradução literal do direito à cópia, a Lei de Direito Autoral  
692 brasileira segue o modelo europeu que trata da proteção e do  
693 incentivo ao autor; Observou que a definição de critérios para revisão  
694 ou resolução de contratos talvez seja um dos momentos mais críticos  
695 para o autor; Disse que um dos pontos que se percebe hoje em dia  
696 pela Lei é que muitas vezes o autor, nessa ânsia de colocar a sua  
697 obra divulgada, publicada, ele acaba assinando alguns contratos que  
698 fazem com que ele perca totalmente a sua própria capacidade de  
699 gerir a sua obra; Colocou também que o melhor exemplo disso foi o  
700 Ex-Ministro Gilberto Gil, que teve uma batalha judicial recente porque  
701 no início da carreira ele cedeu os direitos em relação a algumas

702 músicas que ele tinha produzido e composto e, mais recentemente na  
703 sua carreira, ele tentou regravar aquelas músicas; Explicou que no  
704 momento em que ele tentou regravar, a editora que detinha aqueles  
705 direitos que foram cedidos no início da carreira disse para ele que ele  
706 não poderia; Ressaltou que os contratos existem, eles devem ser  
707 respeitados sim, mas os contratos devem também seguir certos  
708 princípios que se permitem a sua revisão, que permitem a discussão  
709 sobre mecanismos de equilíbrio e que permitem a discussão sobre  
710 como eles foram ou não, se eles foram ou não seguidos ao pé da  
711 letra durante toda a execução contratual; Colocou que a área do  
712 direito autoral é uma área de gigantesca movimentação econômica  
713 no mundo e ela foi muito presa por um ordenamento internacional;  
714 Comentou que nos anos 90 foi o acordo dos aspectos de direitos e  
715 propriedades intelectual relacionados ao comércio, conhecido pela  
716 sigla de TRIPSE, em inglês, e que fizeram parte da OMC; Colocou que  
717 nas artes visuais, por exemplo, há um dispositivo na Lei, o chamado  
718 o *Droit de Suite*, o Direito de Sequência, que é um direito que foi  
719 estabelecido também pela Convenção de Berna, no caso das artes  
720 visuais; Ressaltou que o caso das artes visuais era um caso  
721 específico, que muitas vezes um autor de um quadro o vendia por  
722 uma bagatela, aquele quadro sofria uma valorização vertiginosa e o  
723 autor inicial não recebia nada em relação a isso; Observou que por  
724 isso foi criado o direito chamado *Droit de Suite*, o Direito de  
725 Sequência, que significa, no fundo, que o autor original da obra ou os  
726 seus herdeiros recebem um percentual sobre a valorização do  
727 quadro, sobre tudo aquilo que aquele quadro valorizou em períodos  
728 posteriores; Explicou que na nossa Lei atual previa já esse direito,  
729 mas ela previa sobre a valorização do quadro, e disse também que os  
730 artistas visuais como uma sociedade que os representam tiveram a  
731 ideia de implementar um percentual não sobre a valorização, mas sim  
732 sobre o valor de venda da obra, que é o valor de 3% sobre o preço  
733 da venda; Ressaltou que esse dispositivo então busca valorizar o



734 trabalho do criador visual, de artes visuais; Colocou também que  
735 alguns dizem que talvez o ECAD seja o único que esteja presente em  
736 todos os cantos do Brasil, mas é ele que tem essa importância em  
737 relação aos direitos que exerce, em relação ao impacto que exerce  
738 em toda a sociedade; Explicou também que a gestão coletiva musical  
739 em caráter é muito abrangente, é impossível um autor de uma  
740 música saber onde ela está sendo executada no Brasil ou no mundo  
741 em todos os momentos, e para isso é criado um sistema de gestão  
742 coletiva; Informou que é uma organização unificada que ela gerencia  
743 os direitos de todos os autores ou pessoas que têm interesses,  
744 digamos assim, na área da música, para que você possa arrecadar  
745 licenças, permitir uso ou não permitir a execução pública; Disse  
746 também que uma das principais preocupações, nessa proposta de  
747 revisão da Lei, seria tornar toda essa burocracia que existe para que  
748 ele possa receber sobre o usufruto, sobre a utilização econômica da  
749 sua obra, tornar toda essa burocracia mais responsável perante o  
750 autor; Ressaltou que esse dispositivo era o Art. 100, qual seja: "*Art.*  
751 *100. O sindicato ou associação profissional que congregue não menos*  
752 *do que 5% dos filiados de uma associação de gestão coletiva de*  
753 *direitos autorais poderá, uma vez por ano, após notificação, com oito*  
754 *dias de antecedência, fiscalizar, por intermédio de auditor, a exatidão*  
755 *das contas prestadas por essa associação autoral a seus*  
756 *representados*"; Informou que desse dispositivo não se tem notícia de  
757 que ele tenha sido aplicado, e eles querem que se torne mais fácil  
758 para o autor fiscalizar como a sua obra está sendo explorada,  
759 utilizada por aqueles que gerem os seus direitos; Colocou também  
760 que na proposta da Lei, deixaram claro que o combate à concorrência  
761 desleal deve ser englobar o jabá, e que isso significa uma coisa anti-  
762 concorrencial; Disse também que estão desvirtuando um jogo do  
763 mercado, uma coisa de uma preferência do consumidor inclusive de  
764 ouvir a música que ele mais lhe interessa porque alguém está  
765 pagando para isso; Observou também que querem incentivar os

766 produtores de obra audiovisual em relação ao direito que ele já  
767 mencionou, da lei de utilização da obra, da comunicação ao público  
768 da obra, da mesma maneira que uma obra audiovisual vai remunerar  
769 o roteirista, o músico, que já é remunerado, o autor ou o cara que  
770 fez, o desenhista dos desenhos animados, ela vai remunerar o  
771 produtor da obra audiovisual; Relatou que querem que no caso de  
772 uma obra que seja literária, novamente nesse sentido, se por um  
773 acaso alguma editora faliu, não se consegue achar o herdeiro de um  
774 livro, mas algum editor tiver o interesse em publicar aquele livro, que  
775 possam sim prever na Lei um mecanismo de licença não voluntária  
776 que permita esse editor procurar o Ministério da Cultura e fazer uma  
777 petição pedindo para lançar aquele livro no mercado: Observou  
778 ainda, que sem ter que pedir, digamos assim, para poder explorar  
779 comercialmente aquela obra normalmente se ele não encontrar, se  
780 por algum motivo ele não conseguir encontrar o autor ou se por  
781 algum motivo aquela obra sair do mercado e que alguém não queira  
782 que aquela obra seja colocada no mercado; Atentou que sobre a a  
783 questão da internet, que seria uma coisa jurídica, e que querem  
784 deixar claro o conceito da internet na Lei do Direito Autoral para que  
785 possamos ter mais segurança jurídica e nos contratos; Ressaltou  
786 também que querem que isso permita desenvolver novos modelos de  
787 contratos na internet que ainda hoje está nessa fase de transição  
788 inconclusa; Ressaltou que todos poderão ver todos os comentários  
789 em qualquer momento, debater, interagir e poder também saber a  
790 visão dos outros sobre esses problemas para que possam até  
791 aperfeiçoar essa proposta no debate; Lembrou que essa proposta  
792 ficará até quase final de julho em consulta pública, e ela está  
793 disponível a todos e desde já a equipe de Direitos Intelectuais do  
794 MinC se colocava à disposição para debater, para receber essas  
795 propostas e para ter, se for o caso, até mais reuniões setoriais  
796 explicando um pouco as motivações e as intenções nessas propostas  
797 de alteração. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)

798 agradeceu e informou que devido ao adiantado da hora as pautas  
799 estavam atrasadas; Solicitou que os próximos inscritos atentassem  
800 ao horário. O Sr. **Du Oliveira** (Música Erudita) perguntou se era  
801 possível que os próximos inscritos se pronunciassem após o almoço.  
802 Sendo acordado pelo Plenário, os conselheiros encerram os trabalhos  
803 da manhã. Na continuidade dos trabalhos, na parte da tarde, o Sr.  
804 **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) retomou os trabalhos.  
805 O Sr. **Washington da Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial) colocou  
806 sobre a questão do livro esgotado, de se poder tirar cópia sem pagar  
807 por isso e sem a prévia autorização do autor sobre a obra; Informou  
808 que isso era uma questão delicada e que não sabia qual a melhor  
809 forma de resolver e que achava que esse aspecto privilegiava muito o  
810 mercado editorial brasileiro; Disse que há certo paternalismo com as  
811 grandes editoras, com os grandes escritores e com aqueles que  
812 publicam, e que todos sabem que a maioria dos livros feitos no Brasil  
813 são livros de autores que publicam pouco e muitas vezes publicam  
814 um, dois ou três livros; Ressaltou que, do mesmo modo, ela obriga a  
815 comercialização de obras de interesse público e de acesso restrito e  
816 que autores não sejam encontrados, também privilegia o mercado,  
817 esse mercado da autoria daqueles autores que publicam muito e que  
818 tem um circuito bastante abrangente no que diz respeito à  
819 publicação, edição e circulação de obras; Relatou que acha que da  
820 forma que está talvez penalize muito a maioria dos autores  
821 brasileiros. O Sr. **Charles Narloch** (Colegiado Setorial de Artes  
822 Visuais) comentou sobre o quanto o Ministério foi criticado pelo fato  
823 de ter demorado demais em relação a discutir a Lei de Direitos  
824 Autorais; Disse que considera absolutamente cauteloso e correto esse  
825 processo, até por se tratar de matéria extremamente complexa;  
826 Colocou que quando o Sr. Samuel se referiu à questão do direito de  
827 seqüências e 3% sobre do valor de revenda da obra, em alguns  
828 momentos se colocou como quadros e que ele ficou preocupado,  
829 justamente porque obviamente as artes visuais não se resumem à

830 quadros e nem à esculturas e sim vão à diversas categorias, e muitas  
831 delas difíceis inclusive de categorizar, porque justamente tem uma  
832 característica híbrida; Ressaltou que lamenta que o Colegiado de  
833 Artes Visuais não tenha tido tempo antes, mas observou que ainda  
834 havia tempo pelo menos nessa nova composição para se discutir com  
835 mais atenção essa Lei. O Sr. **Juscelino Alves de Oliveira** (Música  
836 Erudita) observou que, especificamente na questão da música, o  
837 Fórum Nacional de Música participou de alguns eventos patrocinados  
838 pelo Ministério e outros inclusive não patrocinados pelo Ministério  
839 para discutir a questão do direito autoral na sua amplitude; Ressaltou  
840 que com relação à arrecadação direta que foi colocada aí na questão  
841 dos livros, na área da música já existem números inseridos nas obras  
842 eletrônicas que permitem essa identificação, e acrescentou que  
843 queria incluir uma preocupação no sentido de que se garanta, já que  
844 não são obrigados a se filiar àquilo que não queremos nos filiar, um  
845 meio em que essa remuneração seja feita diretamente ao autor. A  
846 Sra. **Virgínia Lúcia Menezes** (Teatro) questionou sobre os  
847 patrocínios; Colocou que sua preocupação seria que essa era uma  
848 reformulação da Lei de Direito Autoral e que ela, como autora de  
849 teatro, havia tido problemas outras vezes não só com o público direto  
850 pagante, mas também com as empresas que os contratam; Informou  
851 que o que hoje o SEBRAE chama de "edutenimento", é a educação  
852 por meio do entretenimento, que é um termo aí novo que vem como  
853 a nova tecnologia; Colocou que com referência a Lei 8.666, quando  
854 trata da questão da propriedade intelectual e que diz que aquela  
855 estatal quando ela adquiriu bem então é dela aquele direito, que não  
856 existe flexibilização quanto a isso; Disse que o que deveria haver era  
857 um tabelamento do preço do direito autoral com livre acesso, e ainda  
858 colocou que se tivessem uma tabela desse direito autoral não vai  
859 mais haver dirigismo, e por isso sente a necessidade de um  
860 tabelamento dessas obras. O Sr. **Joaquim Crispiniano Neto** (Fórum  
861 Nacional de Secretários Estaduais) comentou que sua preocupação é

862 na área das culturas populares, onde normalmente alguém utiliza  
863 uma obra ou um trecho, e no máximo quando reconhecem que não é  
864 dele colocam "homenagem ao folclore" e etc.; Colocou que uma  
865 grande preocupação que ele e os colegas do cordel e do repente tem  
866 que ele não encontrou dentro da Lei dos Direitos Autorais nenhum  
867 respaldo; E exemplificou dizendo que o Mário de Andrade foi ao Rio  
868 Grande do Norte em 1927, copiou "Os Côcos" de Chico Antônio, fez  
869 um trabalho de pesquisador, colocou tudo na partitura, escreveu as  
870 letras, mas vários cantores pegaram aquela partitura, pegaram  
871 aquela letra, gravaram e não disseram que era de Chico Antônio, e aí  
872 Ariano Suassuna que pegou três folhetos de cordel e fez o Auto da  
873 Compadecida, ele recriou, mas teve uma primeira peça dele que ele  
874 simplesmente copiou; Ressaltou que depois de muito tempo que ele  
875 reconheceu que aquilo não era dele, era de um cordelista, então que  
876 esse tipo de coisa era uma preocupação muito grande. O Sr.  
877 **Jeferson Dantas Nevolar** (Arquitetura e Urbanismo) colocou que  
878 também via uma necessidade de algum reforço, principalmente na  
879 questão da reprodução da arquitetura; Disse que é muito comum  
880 folhetos apócrifos de empreendimentos circularem de uma cidade  
881 para outra e um profissional simplesmente reproduz aquilo e utiliza  
882 como se fosse dele sem nenhuma responsabilidade com a autoria;  
883 Colocou que hoje o código de ética ele está junto ao CREA, mas é um  
884 conselho multidisciplinar que hoje abriga em torno de 280 profissões;  
885 Ressaltou que então não conseguem a representatividade e a força  
886 que deveriam ter em relação à defesa desses profissionais; Disse  
887 também que a Lei 8.666, é talvez um inimigo público número um,  
888 que o poder público é autorizado a executar obras de pequeno, médio  
889 e grande porte sem projetos executivos, basta que seja um projeto  
890 básico, mesmo sem autoria, ele justifica e autoriza o poder público a  
891 contratar obras; Atentou que em relação à importância da gestão  
892 coletiva, como é que eles arquitetos agiriam em relação à isso, já que  
893 o conselho ele é multidisciplinar e não consegue atuar no nível de

894 profundidade que gostariam. O Sr. **André Souza Machado Cortes**  
895 (Ministério das Relações Exteriores) observou que as embaixadas e  
896 os consulados do Brasil eles fazem exposições gratuitas e dentro do  
897 espaço do posto de filmes brasileiros para autoridades estrangeiras e  
898 às vezes até para o próprio público; Perguntou se, no que diz respeito  
899 ao audiovisual, se isso estaria em desacordo com a atual Lei do  
900 Direito Autoral e se estiver se a nova lei irá sanar esse problema  
901 permitindo esse tipo de exibição. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti**  
902 (Arte Digital) comentou que se percebe hoje uma enorme defasagem  
903 na facilidade de se produzir e divulgar, publicar vídeos devido ao  
904 avanço das novas tecnologias e mídias digitais; Leu o seguinte trecho  
905 *“Ao se inscrever no presente edital o candidato declara a inexistência*  
906 *de plágio das obras ou projetos inscritos, bem como garante ter a*  
907 *autorização de terceiros, que por ventura tenham direitos conexos*  
908 *sobre a produção artística, se responsabilizando inclusive por*  
909 *eventuais reivindicações de terceiros quanto ao uso não autorizado,*  
910 *indenizando, se for o caso, a FUNARTE, a Associação Cultural da*  
911 *FUNARTE, o Ministério da Cultura e a Petrobrás regressivamente em*  
912 *eventual ação condenatória”*; Colocou que a reforma da Lei de Direito  
913 Autoral deveria estar pensando nisso, isso poderia funcionar muito  
914 bem numa produção de cinema, onde você teria dinheiro suficiente  
915 para tratar desses assuntos, de ir atrás de autorização de imagem,  
916 de obras que venham a aparecer num vídeo; Ressaltou que a lei  
917 como está hoje, ela impede qualquer um, de pegar uma câmera de  
918 vídeo, um celular e registrar e publicar, o fato é que está todo mundo  
919 ilegal; Disse também que se você registrar, na verdade, você vai  
920 estar cometendo toda essa ilegalidade, e que ela gostaria de saber se  
921 a lei vai tentar também de alguma maneira mexer nessa rigidez que  
922 não responde mais as mídias atuais. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança):  
923 disse que não tinha lido antes, mas perguntou se nessa nova lei  
924 estaria garantido o que se refere à área de dança. O Sr. **Marcelo**  
925 **Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) ressaltou a importância da

926 pauta da parte da tarde e atentou para o tempo durante as falas. O  
927 Sr. **Samuel Barrichelo** (Diretoria de Direitos Intelectuais) agradeceu  
928 as perguntas e colocou que quando se trabalha com a Lei de Direito  
929 Autoral, pela quantidade de interesses de áreas envolvidas, é muito  
930 difícil se ter acesso a uma reunião como essa em que há tantas  
931 pessoas de tantas áreas diferentes; Disse que sobre o livro,  
932 principalmente sobre a educação sobre livros, era uma questão muito  
933 complexa, porque o interesse educacional na área do livro sempre  
934 teve demanda principalmente em relação à educação; Colocou que  
935 sobre livros esgotados, que olharam a legislação internacional e há  
936 países como, por exemplo, a Alemanha, que dois anos depois que o  
937 livro saiu de catálogo ele é imediatamente liberado para reprodução;  
938 Ressaltou que, aqui no Brasil, há que se fazer uma distinção entre  
939 duas coisas que a lei diz, e a primeira é a licença não voluntária de  
940 livros que já estão fora de catálogos há cinco anos e a segunda há  
941 uma remuneração, o autor vai ser pago pela média de mercado. O  
942 Sr. **Rafael Pereira Oliveira** (Coordenador-Geral de Difusão em  
943 Direitos Autorais e de Acesso à Cultura) explicou que triam três  
944 casos, o primeiro: fora de circulação e o editor não tem mais  
945 interesse em distribuí-la, em reeditá-la, a obra encontra-se esgotada  
946 há mais de cinco anos; O segundo: é o instituto da obra órfã, que a  
947 obra órfã já é um instituto que existe hoje, ou seja, hoje você tem a  
948 figura do autor da obra que não caiu em domínio público, no entanto  
949 o autor não é localizável, então essa obra tem uma autoria e a  
950 intenção é preservar os direitos de autoria dessa obra; E a terceira:  
951 se o autor ou seu titular colocar obstáculos intransponíveis para que  
952 essa obra entre em circulação, é possível solicitar então uma licença  
953 para utilização dessa obra e o titular é remunerado, mas  
954 remunerados por valores compatíveis com os valores de mercado. O  
955 Sr. **Samuel Barrichelo** (Diretoria de Direitos Intelectuais) ressaltou  
956 ainda que, sobre o Fórum Nacional de Música, o conceito foi alterado  
957 e que havia um trabalho paralelo à isso; Relatou que em relação à

958 colocação do colega das artes visuais, realmente ele foi bastante  
959 sintético para tentar ir direto ao ponto mas que, na verdade,  
960 tentaram colocar manuscrito e outras espécies de manifestação, no  
961 caso do Droit de Suite para esse tipo de coisa; Disse que, em relação  
962 à internet sobre os downloads e sobre o pagamento dos downloads,  
963 seria algo que discutiríamos muito para a colocação na lei, mas que  
964 chegamos a uma encruzilhada, pois a imposição de um modelo de  
965 negócio por parte do governo na área de música significaria, por tudo  
966 ele já comentou inclusive com alguns juristas, há uma interferência  
967 indevida no mercado; Colocou que o marco civil está com uma  
968 proposta de você chegar e aquilo que for ilegal você tira, e aquilo que  
969 você tiver feito download você tem que pagar pela lei de hoje;  
970 Salientou que para fazer uma mudança na internet vai ter que ser  
971 uma mudança que não vai apenas sair dentro do Brasil, vai ter que  
972 ser uma mudança em nível mundial; Acrescentou que de qualquer  
973 forma queria que todos contribuíssem com alguma proposta nessa  
974 área. O Sr. **Juscelino Alves de Oliveira** (Du Oliveira) (Música  
975 Erudita) perguntou se o texto estava disponível. O Sr. **Samuel**  
976 **Barrichelo** (Diretoria de Direitos Intelectuais) respondeu que estava  
977 sim e, ainda, que se houver necessidade de manifestação do  
978 Ministério da Cultura eles poderiam responder isso; Sobre a Lei  
979 8.666, disse que essa limitação diz claramente sem objetivo de lucro,  
980 sendo apenas objetivo didático, objetivo *Stricto Sensus*; Observou  
981 ainda que a posição deles esteja refletida no Art. 52; Disse que,  
982 sobre a questão das estatais e tabelas de preço, pediu que lessem  
983 novamente a obra e se estavam declarando qualquer contrato já  
984 firmado; ressaltou sobre o questionamento de arquitetura, que esse  
985 controle fugia do Ministério da Cultura e que nunca tiveram muito  
986 retorno sobre problemas que existam na área da arquitetura.  
987 Colocou-se à disposição para receber contribuições dessa área e disse  
988 que querem que a 8.666 seja específica para quaisquer objetos que  
989 precisem dentro das áreas; Colocou que a questão da arte



990 contemporânea e a questão da isenção de autorização eram questões  
991 um pouco mais difíceis porque depende muito de cada edital que é  
992 assinado, depende muito da política que é utilizada, e então isso varia  
993 muito em cada instrumento que é utilizado em relação ao edital. O  
994 Sr. **Rafael Pereira Oliveira** (Coordenador-Geral de Difusão em  
995 Direitos Autorais e de Acesso à Cultura) acrescentou ainda que era  
996 importante observar que a autorização ela deve existir, ou seja, você  
997 não pode utilizar nem uma obra de terceiros ou mesmo a imagem, no  
998 caso de direito de imagem, sem autorização. A Sra. **Patrícia Kunst**  
999 **Canetti** (Arte Digital) ressaltou que hoje em dia qualquer um pode sim  
1000 fazer qualquer um registro incrível com qualquer maquininha, mas  
1001 não se faz porque a Lei de Direito Autoral te proíbe. O Sr. **Rafael**  
1002 **Pereira Oliveira** (Coordenador-Geral de Difusão em Direitos  
1003 Autorais e de Acesso a Cultura) observou que isso não era Lei de  
1004 Direito Autoral, que o direito de imagem nós não tratamos nessa  
1005 legislação, é um outro direito e ela passaria por outros critérios que  
1006 estariam regulados pela Constituição, e que no que tange os direitos  
1007 au  
1008 torais, que gostaria de ter um *feedback* dela de forma mais objetiva.  
1009 O Sr. **Samuel Barrichelo** (Diretoria de Direitos Intelectuais)  
1010 ressaltou que em relação a músicas, sobre coreografias, que a obra  
1011 coreográfica não tem um lugar para registrar, porque se eu quero  
1012 proteger uma dança, aquele passo, a sincronização, a coreografia, eu  
1013 tenho que naturalmente em algum momento fazer um registro  
1014 daquilo para que aquilo possa ser protegido, inclusive, até para  
1015 acesso à justiça; Acrescentou que o objetivo é tentar fazer com que  
1016 se reorganize o sistema de registro e facilite inclusive o registro da  
1017 obra coreográfica para que você possa ingressar em juízo e proteger  
1018 isso. Após considerações finais, passaram ao próximo item de pauta.  
1019 **Item 4) Ordem do dia:** O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral  
1020 do CNPC) iniciou a ordem do dia e colocou que tinham algumas  
1021 questões operacionais para se debruçar antes de seguirem ao

1022 próximo item; Apresentou a estrutura do Conselho aos novos  
1023 conselheiros e lembrou que o Plenário decidiu que a constituição de  
1024 novos colegiados setoriais será precedida pela criação de grupos de  
1025 trabalho, o que está acontecendo com arte digital, grupos de  
1026 trabalhos esses que definirão parâmetros, critérios de como será ou  
1027 qual será o formato desse respectivo colegiado setorial; Informou  
1028 quais eram os grupos de trabalho e as comissões temáticas que  
1029 existiam no mandato anterior; Explicou que a primeira grande função  
1030 dessa Comissão Temática da Conferência Nacional é acompanhar os  
1031 desdobramentos da conferência, e que o outro trabalho dessa  
1032 Comissão Temática da Conferência Nacional de Cultura é de já  
1033 começar pensar a próxima conferência; Disse que a primeira  
1034 proposta era a proposta de criação de uma comissão temática  
1035 permanente vinculada à Conferência Nacional de Cultura; Colocou  
1036 que essas comissão temáticas terão cinco membros titulares e cinco  
1037 membros suplentes, e que a segunda proposta seria a proposta da  
1038 criação de uma Comissão Temática Sistema Nacional de Cultura;  
1039 Ressaltou que essa Comissão Temática Sistema Nacional de Cultura  
1040 ficará responsável pelo tripé que sustenta o sistema, os fundos,  
1041 planos e Conselhos; Disse que será permanente e terá que ter o  
1042 acompanhamento sistemático desse Plenário do Conselho, é bom que  
1043 seja uma comissão temática; Observou que a outra seria Comissão  
1044 Temática de Finanças, e que na Lei das OSCIPS há um artigo  
1045 específico, o artigo 10, que determina que todos os termos de  
1046 parceria que são assinados pelo poder público com OSCIPS devem  
1047 necessariamente passar pelo órgão colegiado da área; Colocou que  
1048 significa dizer também que poderá ser, se o Plenário assim desejar,  
1049 de competência de uma Comissão Temática de Finanças analisar  
1050 esses termos de parceria e emitir os pareceres sem que eles tenham  
1051 que passar pelo Plenário, o que faz com que ganhem tempo;  
1052 Ressaltou que será escolhido um membro do Plenário para elaborar  
1053 um relatório, ele tem acesso a toda essa documentação, faz o seu

1054 relatório, esse relatório é levado ao Plenário e a discussão é feita com  
1055 relação ao que estiver apresentado neste relatório; Salientou que  
1056 para salientarem essas questões nas comissões temáticas que  
1057 precisariam editar uma resolução criando essas três comissões  
1058 temáticas, e no caso da Comissão Temática de Finanças delegando  
1059 competência desse Plenário para a Comissão Temática de Finanças  
1060 para que ela tenha autonomia para analisar o termo de parceria,  
1061 emitir parecer e já encaminhar para o Ministério esse parecer sem ter  
1062 que passar pelo Plenário. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) perguntou  
1063 se não existia no próprio regimento já estabelecido o número de  
1064 membros. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)  
1065 respondeu que tinha mesmo a questão regimental, e que não  
1066 impediria que fizessem uma resolução já indicando uma nova redação  
1067 para esse regimento, para reformular o regimento interno  
1068 precisariam de 2/3. A Sra. **Laura Tavares Ribeiro Soares**  
1069 (ANDIFES) colocou que avaliando essas análises que considerava,  
1070 sobretudo com as OSCIPS, bastante complexa; Disse que do seu  
1071 ponto de vista, não se tratava de uma questão exclusivamente  
1072 técnica e muito menos financeira, trata-se de uma questão de  
1073 política, política nacional de cultura, política de alocação de recursos,  
1074 portanto definição de estratégias, que muitas vezes tem haver com a  
1075 definição de quem vai ser o executor, a OSCIPS substituindo muitas  
1076 vezes a responsabilidade do poder público; Colocou que a opção pela  
1077 OSCIP era uma estratégia política, e que ou teriam uma comissão de  
1078 natureza mais ampla, com maior representatividade de natureza,  
1079 também que tratasse do Sistema Nacional e da política, ou ela se  
1080 recusava a aceitar que uma simples Comissão de Finanças ficasse  
1081 com essa atribuição. A Sra. **Alice Viveiros de Castro** (Circo)  
1082 acrescentou que citaria um exemplo e que concordava também com  
1083 essas preocupações; Disse que foi em relação à Secretaria de  
1084 Identidade Cultural que chegou com um projeto, eram três projetos  
1085 na mesma reunião, o Prêmio de Hip Hop, o Encontro dos Guaranis e o

1086 outro era um projeto indígena na região do Acre; Disse que isso criou  
1087 uma posição muito complicada porque a lei exige sim que o projeto  
1088 seja discutido e passe pelo Conselho; Informou que naquela reunião  
1089 acabou acontecendo o seguinte, retiraram dois ou três, e que a  
1090 Secretaria veio e fez uma explanação sobre o quê é que eram  
1091 aqueles projetos; Colocou que a partir daí puderam ter uma visão  
1092 crítica do que estava se falando, e que puderam então assinar  
1093 embaixo da proposta de que aqueles projetos estavam sim com  
1094 aquelas OSCIPS, com aquele orçamento, com aquela coisa, estavam  
1095 condizentes, o Conselho chegou a essa posição. O Sr. **Marcos**  
1096 **Olender** (Patrimônio Material) questionou se, para participar das  
1097 comissões temáticas e dos grupos, tem que ser um membro titular do  
1098 Conselho ou um suplente poderia participar. O Sr. **Marcelo Veiga**  
1099 (Coordenador-Geral do CNPC) respondeu que poderia ser titular ou  
1100 suplente, esclarecendo que o que não poderia era o suplente indicar o  
1101 titular ou o titular indicar o suplente caso ele não esteja; Informou  
1102 ainda que o Sr. Freddy Van Camp apresentou uma carta pedindo  
1103 formalmente a constituição desse grupo de trabalho, e que tem uma  
1104 sequência, que todos vão entrar em análise, mas que tem também  
1105 uma estrutura do Ministério e do Conselho que precisa se adequar a  
1106 essa nova realidade. O Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio Material)  
1107 perguntou se teriam que se conformar dois grupos de trabalho ou  
1108 poderia ser um grupo só. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral  
1109 do CNPC) informou que, como tinham duas cadeiras, patrimônio  
1110 material e imaterial, seriam dois colegiados setoriais. Na  
1111 continuidade, a Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) relatou que no  
1112 regimento, no artigo 12, parágrafo III diz que não funcionarão  
1113 concomitantemente mais de duas comissões temáticas e mais de  
1114 quatro grupos de trabalho; Colocou então se teriam que mudar isso  
1115 para poder aceitar. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do  
1116 CNPC) concordou; Atentou para o fato de que tinham 42 membros  
1117 representantes no Plenário e a nota de corte, o número mínimo que a

1118 gente precisaria era de 39 e que, portanto, tinham quorum para  
1119 alterar o regimento caso fosse necessário; Após deliberações,  
1120 consultou naquele momento o Plenário acerca da criação da Comissão  
1121 Temática do Sistema e da Comissão Temática da Conferência, e nada  
1122 tendo contra foram aprovadas as criações sem ressalvas. A Sra.  
1123 **Maria das Dores C. P. Prado** (Povos Indígenas) perguntou qual  
1124 seria o período de encontro das reuniões dessas comissões e quais os  
1125 intervalos. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)  
1126 respondeu que elas serão reunidas quando for necessário, que serão  
1127 chamadas de acordo com a necessidade e as matérias que tem que  
1128 ser colocadas em pauta. Na sequência, sugeriu que encaminhassem  
1129 então da seguinte forma, fariam uma recomendação e levariam para  
1130 discussão no dia seguinte, e já iriam colocar na pauta com relação às  
1131 comissões temáticas; Sobre os grupos de trabalho, colocou que tem  
1132 atualmente três grupos de trabalho funcionando: da Lei Rouanet,  
1133 Doações de Obra de Arte, Relações Internacionais; Disse que tem a  
1134 proposta do Sr. Gog para a criação de um grupo de trabalho, a  
1135 Cidade Como Cultura, mas que ainda não foi constituído. Informou  
1136 também que caso não houvesse a renovação, a reestruturação do  
1137 Grupo de Trabalho Doações de Obra de Arte, ficaria como uma  
1138 sugestão, a criação do grupo de trabalho de reforma da Lei de Direito  
1139 Autoral. O Sr. **Michel Etlin** (Associação Nacional de Entidades  
1140 Culturais) colocou que francamente não sabia qual a diferença entre  
1141 comissão temática e grupo de trabalho. O Sr. **Marcelo Veiga**  
1142 (Coordenador-Geral do CNPC) esclareceu que comissão temática são  
1143 de caráter permanente e grupos de trabalhos são de caráter  
1144 temporário, tendo um prazo de 180 dias prorrogável, caso seja  
1145 necessário; ressaltou então que tinham o limite de quatro grupos de  
1146 trabalho: Lei Rouanet, Doações de Obras de Arte, Relações  
1147 Internacionais e Cidade Como Cultura. Após deliberações, ficou  
1148 definido então, os três grupos de trabalho ficaram mantidos, e  
1149 apenas Cidade Como Cultura que necessitaria de maiores

1150 informações para que fosse constituído. O Sr. **Marcelo Veiga**  
1151 (Coordenador-Geral do CNPC) colocou a constituição desses grupos  
1152 de trabalho em debate e ficou definido para a Comissão Temática do  
1153 Sistema como titulares inicialmente: a Sra. Silvana Meirelles, a Sra.  
1154 Rosa Coimbra, o Sr. Ignácio Kornowski, a Sra. Maria das Dores C. P.  
1155 Prado e o Sr. Charles Narloch; e como suplentes: Sra. Heloísa Esser,  
1156 o Sr. Devair Antônio, Sra. Alice Viveiros. Totalmente reformulado, a  
1157 Comissão Temática de Finanças, ficou a princípio: Osvaldo Viégas,  
1158 Crispiniano Neto, Alcione, Ignácio Kornowski, que vão analisar os  
1159 termos de parceria, e três pessoas da Sociedade Civil, Alice Viveiros,  
1160 Du Oliveira e Jerferson Nevolar; Ressaltou que só iria ser deliberado e  
1161 aprovado mesmo na próxima reunião, mas isso já ficaria como  
1162 indicativo. Para a Comissão Temática da Conferência: Sra. Patrícia  
1163 Canetti, Sr. Isaac Williams, Sr. Luiz Alberto Cassol e como suplente  
1164 Sra. Alice Viveiros e Sra. Maria das Dores. O Sr. **Marcelo Veiga**  
1165 (Coordenador-Geral do CNPC) ressaltou que poderiam deixar para a  
1166 próxima reunião a constituição, caso fosse necessário, que teriam  
1167 membros remanescentes que poderão ser convocados, mas no mês  
1168 de julho, não era essa a previsão; Disse que não precisavam fazer a  
1169 constituição deles porque era improvável que chamasse agora em  
1170 julho esses grupos de trabalho, que poderiam então deixar para a  
1171 próxima reunião a constituição. Após deliberações, deram  
1172 continuidade a pauta, e informou que na última reunião tiveram a  
1173 conselheira Patrícia Canetti colocou a necessidade ou a premissa de  
1174 o Conselho elaborar um documento que falasse sobre política  
1175 cultural, que falasse sobre cultura, especificamente relacionado agora  
1176 a esse momento eleitoral; Disse que elaboraram esse documento, e  
1177 que iriam tentar na reunião, do dia seguinte, tentar aprová-lo;  
1178 Solicitou que os conselheiros que quisessem ajudar que se  
1179 posicionassem. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais) acrescentou  
1180 que achava fundamental tirar um documento que possa ser  
1181 encaminhado aos partidos políticos, candidatos, até porque muitas

1182 vezes se tem discursos que são colocados em fóruns que os nossos  
1183 secretários estaduais, municipais trazem, mas quando na realidade a  
1184 prática é outra, e se colocou à disposição para fazer parte desse  
1185 grupo. O Sr. **Nilton Aparecido Bobato** (Livro e Leitura) disse que  
1186 mais do que um documento público, que tinham que usar um formato  
1187 chamado carta compromisso, e direcionar isso realmente aos  
1188 candidatos, que é quem vai fazer discurso e é para quem eles devem  
1189 chamar atenção. O Sr. **Michel Etlin** (Associação Nacional de  
1190 Entidades Culturais) ressaltou que como não gosta de misturar  
1191 política e cultura ele queria participar da reunião. Após  
1192 determinações, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)  
1193 chegou e informou que iriam naquele momento discutir agora o  
1194 Fundo Nacional de Cultura e a sua estrutura renovada; Informou que  
1195 discutiriam justamente o aprofundamento, o caráter deliberativo do  
1196 Conselho, e agora diretrizes mais objetivas como fizeram no fim do  
1197 ano passado para o funcionamento do Fundo. **Item 5) Nova**  
1198 **estrutura do Fundo Nacional de Cultura:** O Sr. **Alfredo Manevy**  
1199 (Secretário-Executivo do Ministério da Cultura) iniciou sua explanação  
1200 sobre a nova estrutura do Fundo Nacional de Cultura; Colocou que a  
1201 reforma da Lei Rouanet era tão importante quanto a reforma da Lei  
1202 Autoral; Disse que a posse do Colegiado que estava ali, alguns  
1203 estavam em continuidade, outros assumindo o seu mandato, mas  
1204 que havia sido extensamente debatida essa reforma; Colocou que em  
1205 linhas gerais eu quero retomar alguns aspectos da reforma porque  
1206 elas rebatem na lógica e elas motivam e ajudam a explicar a lógica  
1207 do novo modelo de fomento que a gente vai começar a praticar esse  
1208 ano em 2010; Disse que a Lei Rouanet basicamente se concentrou no  
1209 incentivo fiscal e que as distorções se expressam em números de  
1210 diagnóstico que foi produzido pelo Ministério após esses 20 anos de  
1211 vigência da Lei Rouanet, onde só 3% dos proponentes captaram mais  
1212 de 50% de todo o recurso nesses 20 anos; Ressaltou que a Lei  
1213 Rouanet gerou uma falsa impressão na sociedade civil de que as

1214 empresas privadas investiram em cultura no Brasil nesses 20 anos;  
1215 Colocou que a Lei Rouanet teve o mérito no seu momento de superar  
1216 a Lei Sarney, naquele momento sim se extinguia o Ministério da  
1217 Cultura, se extinguíam as instituições culturais funcionais, a  
1218 FUNARTE; ressaltou que então a Lei Rouanet surgia como uma  
1219 resposta, uma espécie de compensação legal naquele período, início  
1220 dos anos 90, com a espécie de compensação simbólica para o campo  
1221 cultural brasileiro, para os artistas, era ter a Lei Rouanet ou não ter  
1222 coisa alguma; Informou que a Lei Rouanet foi o mecanismo,  
1223 praticamente o único mecanismo disponível para quem faz cultura no  
1224 Brasil; Comentou que enquanto outras áreas da sociedade brasileira  
1225 desenvolveram modelos modernos, contemporâneos, avançaram, a  
1226 cultura ficou refém do laboratório da renúncia fiscal, razão pela qual o  
1227 Ministério colocou em consulta pública o Pró-Cultura; Informou que  
1228 debateram em todo o Brasil, ganharam o debate público contra as  
1229 resistências naturais daqueles que não queriam perder privilégios,  
1230 porque no Brasil se sabe que concentração vira direito adquirido e  
1231 privilegio vira direito adquirido; Comentou também que houve uma  
1232 resistência natural do processo do debate democrático, mas esse  
1233 debate foi vivenciado de uma maneira que ele acha muito  
1234 interessante, muito aberta, muito transparente; Explicou que no  
1235 universo da ciência e da pesquisa os projetos são avaliados e são  
1236 apoiados por avaliações idôneas, não pelo seu retorno de imagem;  
1237 Ressaltou para imaginarem o que teria acontecido com a ciência e  
1238 com a tecnologia no Brasil se depois de pleitear uma bolsa de  
1239 pesquisa para a CATHOS, para o CNPq, para a FAPESP para as  
1240 agências de fomentos, o cientista ou pesquisador, o professor, o  
1241 aluno bolsista não recebesse a bolsa e sim recebesse um certificado  
1242 que com o qual ele tivesse que sair para captar patrocínio; Colocou  
1243 que os projetos são avaliados publicamente, que não era o Estado  
1244 que avaliava, não era o mercado que avaliava, que era uma avaliação  
1245 pública, por especialistas de cada área que emitem pareceres, que



1246 são passíveis de recurso, ou seja, de questionamento; Disse que os  
1247 critérios são previamente anunciados, os pareceres são qualificados,  
1248 esse sistema é controlado socialmente por comitês e conselhos, como  
1249 o Conselho Superior da CAPES, como o Conselho Superior da FAPESP,  
1250 como o Conselho Nacional de Política Cultural; Relatou que o Pró-  
1251 Cultura é o apoio direto aos artistas e produtores, sem a necessidade  
1252 da intermediação de um patrocinador e sem a necessidade de  
1253 intermediação dos especialistas, da miríade de escritórios  
1254 especializados que passaram a vender serviços de intermediação  
1255 cobrando altas taxas de dinheiro público para conseguir atendimento  
1256 preferencial nos balcões privados que não são feitos por edital, nem  
1257 tem isonomia, nem critério, nem transparência nas suas escolhas;  
1258 Cientificou também que é muito simples na verdade o que Ministério  
1259 propôs e que foi sabatinado na consulta pública, foi aprovado e  
1260 modificado pela sociedade civil; Relatou que o Pró-Cultura estabelece  
1261 o Sistema Nacional de Cultura e o repasse para estados e municípios,  
1262 algo que as políticas sociais brasileiras na área de educação, na área  
1263 de saúde, nas outras áreas já têm e a cultura não tinha o repasse  
1264 fundo a fundo para estados e municípios; Colocou que este é um de  
1265 transição entre o velho e o novo, um ano de transição entre a velha  
1266 política e a nova política cultural, a nova legislação, e que já querem  
1267 estabelecer o modelo, praticar e mostrar que ele pode dar certo e que  
1268 ele pode ser um grande salto de qualidade para a política cultural  
1269 brasileira; Observou também que o Pró-Cultura ele já nasce com  
1270 legitimidade, com visão de largo alcance, com clareza de metas e  
1271 com grandeza, com transversalidade; Disse que muitas vezes a Lei  
1272 Rouanet vetou projeto de cultura ambiental, de culturas, projetos de  
1273 transversalidade da cultura, cultura e tecnologia, porque a Lei  
1274 Rouanet é assim; Colocou que a Lei Rouanet tem uma visão muito  
1275 fechada de cultura, e que não existe a palavra critério na Lei  
1276 Rouanet, não tem arte digital na Lei Rouanet, não tem arte  
1277 contemporânea na Lei Rouanet; Ressaltou ainda que é realmente

1278 uma visão muito arcaica, não tem antropologia, não tem arqueologia,  
1279 e que então até do ponto de vista conceitual a nova lei, o Pró-  
1280 Cultura, incorpora o Plano Nacional de Cultura e a Convenção da  
1281 Diversidade Cultural da UNESCO; Ressaltou pro fim que o Brasil sai  
1282 na frente como liderança internacional no debate ao fomento à  
1283 cultura e com um modelo realmente muito avançado, assim como o  
1284 direito autoral. O Sr. **Henilton Menezes** (Secretário de Fomento e  
1285 Incentivo à Cultura) iniciou sua apresentação sobre as formas de  
1286 utilização (Art. 10º do Decreto 5.761/2006) e falou sobre a Estrutura  
1287 Gestora e as atribuições da CNFNC; Informou que o Fundo ele foi  
1288 criado pela Lei 7.505 e foi ratificado pela Lei Rouanet, quer dizer, o  
1289 Fundo já existe, e ele nasceu e foi ratificado pela atual Lei Rouanet  
1290 com objetivos muito claros: Captar e destinar recursos para projetos  
1291 culturais compatíveis com as finalidades do Programa Nacional de  
1292 Cultura; Estimular a distribuição regional equilibrada e republicana;  
1293 Estimular ações culturais conjuntas, de enfoque regional; Apoiar o  
1294 aperfeiçoamento profissional e artístico, a criatividade e a diversidade  
1295 da cultura brasileira; Contribuir com a preservação e proteção do  
1296 patrimônio; e Favorecer projetos de interesse coletivo; Relatou que o  
1297 Fundo ele também nasceu com alguns critérios que seriam  
1298 priorizados, ações que seriam priorizadas dentro de um determinado  
1299 conceito; Explicou que seriam ações que tivessem uma singularidade,  
1300 de caráter notável, distinto, excepcional, único, significativo e  
1301 diferente, que promovesse a inovação, ou seja, o incentivo a novas  
1302 temáticas e investigações artísticas e culturais, que tivesse  
1303 efetivamente o desdobramento, com a previsão de realização de  
1304 oficinas, cursos de capacitação, que promovessem a formação da  
1305 classe artística e projetos que se baseiam na infra-estrutura, que  
1306 estão fundamentadas no conhecimento da distribuição de bens e  
1307 serviços culturais, estimulando e fortalecimento da cadeia produtiva  
1308 das regiões, de todas as regiões do Brasil; Colocou que as  
1309 modalidades de desembolso do Fundo também estão previamente

1310 estabelecidas e que as formas de utilização foram estabelecidas no  
1311 Decreto 5.761 de 2006, que está em vigor e que nós temos que  
1312 obedecer aos preceitos desse Decreto; Informou que no artigo  
1313 décimo estão estabelecidos as formas de utilização desse Fundo:  
1314 Recursos não-reembolsáveis, através de programas, projetos e ações  
1315 culturais exclusivamente para pessoas jurídicas sem fins lucrativos;  
1316 Financiamentos reembolsáveis, através de programas, projetos e  
1317 ações culturais para as pessoas físicas e pessoas jurídicas privadas,  
1318 com fins lucrativos. O Sr. **Henilton** explicou também que o Ministério  
1319 nunca operou o financiamento reembolsável; A concessão de bolsas  
1320 de estudo; A concessão de prêmios; O intercâmbio cultural, que é o  
1321 programa que ainda é mantido pelo Ministério da Cultura para custeio  
1322 de passagens e ajuda de custo de artistas no Brasil e no exterior; A  
1323 transferência para estados, municípios e Distrito Federal; e Outras  
1324 situações de utilização que estão previstas no parágrafo primeiro, no  
1325 artigo primeiro e artigo segundo da Lei Rouanet, que nós temos que  
1326 obedecê-las. Informou que artigo primeiro da Lei Rouanet prevê os  
1327 objetivos do Fundo Nacional que foi a Lei que ratificou a criação do  
1328 Fundo; Apresentou que são esses objetivos: Contribuir para facilitar,  
1329 a todos, os meios para o livre acesso às fontes de cultura; Promover  
1330 e estimular a regionalização da produção cultural; Apoiar, valorizar e  
1331 difundir o conjunto das manifestações culturais; Proteger as  
1332 expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira;  
1333 Salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar,  
1334 fazer e viver da sociedade; Preservar bens materiais e imateriais;  
1335 Desenvolver a consciência internacional e o respeito de valores  
1336 culturais de outros povos; Estimular a produção e difusão de bens  
1337 culturais; e Priorizar o produto cultural originário brasileiro. Informou  
1338 também que o artigo terceiro, os projetos culturais atenderão, pelo  
1339 menos, um dos seguintes objetivos, quer dizer, para ter utilização do  
1340 Fundo teria que atender a um desses objetivos: Concessão de bolsas  
1341 de estudo; Concessão de prêmios a criadores, autores e artistas e

1342 técnicos; Instalação e manutenção de cursos de caráter cultural e  
1343 artístico, e que a gama de possibilidades é muito grande; Observou  
1344 que no dia 14 de junho desse ano foi publicada a portaria que  
1345 homologa o regimento interno da Comissão Nacional do Fundo  
1346 Nacional de Cultura e dispendo também das programações  
1347 específicas do Fundo Nacional de Cultura e dando outras providências  
1348 a essa portaria; Explicou que a Comissão Nacional do Fundo Nacional  
1349 de Cultura, que tem como objetivo: Estabelecer normas de  
1350 operacionalização, procedimentos e critérios de avaliação para a  
1351 execução das programações específicas do Fundo; Definir o seu plano  
1352 anual de trabalho; Garantir a sua relação com as políticas setoriais  
1353 vinculadas ao Fundo; e Acompanhar, monitorar a implementação das  
1354 ações, garantindo assim a avaliação dos resultados setoriais e globais  
1355 do Fundo Nacional de Cultura. Apresentou que a Comissão Nacional  
1356 do Fundo Nacional de Cultura tem como presidente o secretário-  
1357 executivo do Ministério da Cultura e participam desse Colegiado os  
1358 titulares das secretarias do Ministério da Cultura, todas as seis  
1359 secretarias, os presidentes das entidades vinculadas do Ministério e  
1360 um representante do Gabinete do Ministro de Estado da Cultura.  
1361 Informou que essa composição que foi criada pela Lei 8.313, e que  
1362 mais poderão ser convidados, na condição de observadores, para  
1363 essa Comissão: Um representante eleito entre os secretários  
1364 estaduais de cultura; Um representante dos secretários municipais de  
1365 cultura; Um representante de cada Comitê Técnico Específico de  
1366 Incentivo à Cultura; Um representante do Conselho Nacional de  
1367 Políticas Culturais, o CNPC; e Um representante da CNIC, que é a  
1368 Comissão Nacional de Incentivo à Cultura. Explicou que cabe ao  
1369 órgão executivo, SEFIC, que é o órgão que agora passa a ser o órgão  
1370 executivo do Fundo: Exercer a secretaria-executiva da Comissão;  
1371 Administrar a implementação do Fundo; Propor normas e  
1372 procedimentos para a utilização dos recursos do Fundo, em  
1373 consonância com o Plano Nacional de Cultura, observadas as

1374 diretrizes do Conselho Nacional; Coordenar a elaboração das  
1375 propostas orçamentárias do Fundo e avaliar a sua execução;  
1376 Coordenar a elaboração do plano anual, a ser aprovado pelo Ministro;  
1377 Selecionar programas financiados pelo Fundo para homologação da  
1378 Comissão Nacional; Instituir grupos de trabalho de especialistas e  
1379 estabelecer parcerias com organizações governamentais e não-  
1380 governamentais, universidades e institutos de pesquisa, nacionais e  
1381 internacionais, para o monitoramento e a consecução dos objetivos  
1382 do Fundo Nacional. Os Comitês Técnicos Específicos de Incentivo à  
1383 Cultura, que são oito comitês que estão sendo criados, que foram  
1384 criados pela portaria: Comitê Técnico de Artes Visuais; Comitê  
1385 Técnico de Artes Cênicas; Comitê de Música; Comitê de Acesso e  
1386 Diversidade; Patrimônio e Memória; Livro, Leitura, Literatura e  
1387 Humanidades; Ações Transversais e Equalização de Políticas  
1388 Culturais; e Incentivo à Inovação do Audiovisual. Os comitês técnicos  
1389 serão presididos por um membro eleito entre os representantes do  
1390 Ministério da Cultura, o qual terá voto somente de desempate, voto  
1391 minerva; A representação deverá contemplar a pluralidade das  
1392 linguagens e das áreas temáticas compreendidas pelo Fundo; e Os  
1393 integrantes dos comitês, depois de definidos, serão nomeados por ato  
1394 próprio do Ministro da Cultura. Caberá à essas comitês técnicos:  
1395 Orientar e avaliar, de forma consultiva, as demandas apresentadas  
1396 ao Ministério da Cultura através de uma das suas programações  
1397 específicas; Assessorar a Comissão Nacional, por demanda do Órgão  
1398 Executivo; Subsidiar o Órgão de Monitoramento na elaboração de  
1399 critérios técnicos para a utilização dos recursos do Fundo, em  
1400 consonância com o Plano Nacional da Cultura e observadas as  
1401 diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional; e Demandar estudos  
1402 e pesquisas para elaborar diagnósticos necessários à elaboração do  
1403 plano anual da Comissão Nacional e à focalização de políticas  
1404 setoriais. O Sr. **Henilton** apresentou também que temos como  
1405 presidente o Secretário de Audiovisual, que é Newton Canito, temos

1406 um representante da SEFIC e que todos os comitês técnicos têm uma  
1407 representação da SEFIC, que é o órgão executor do programa;  
1408 Informou que teremos uma representante da ANCINE, um  
1409 representante da Secretaria Executiva, da sociedade civil, um nome  
1410 do Colegiado do Audiovisual, um nome do Colegiado da Secretaria do  
1411 Audiovisual, um nome do Colegiado da ANCINE e um nome do  
1412 Colegiado da Arte Digital e um nome do Colegiado do Campo da TV  
1413 Pública, que não existe membro indicado para o CNPC; Relatou que  
1414 teremos especialistas de notório saber, e na área de Artes Visuais o  
1415 presidente será o representante da FUNARTE, que é o Ricardo  
1416 Resende; Ressaltou que teremos um representante da SEFIC, um  
1417 representante da SPC e um representante da Secretaria Executiva, e  
1418 que da sociedade civil nós temos já dois representantes das Artes  
1419 Visuais, a Denise Adriana Bandeira e Rosangela Siqueira Melo; Disse  
1420 também que na área de Design nós sairemos com um nome aqui do  
1421 CNPC, na área de Arquitetura também, na área de Moda nós não  
1422 temos esse indicado ao membro do CNPC, e Artesanato sairemos  
1423 também daqui do CNPC, da 10ª Reunião do CNPC, e especialistas nós  
1424 temos o Zé Rufino, que é artista da Paraíba, o Fábio Coutinho, que é  
1425 dirigente da Fundação Iberê Camargo, do Rio Grande do Sul, e Carlos  
1426 Zílio, que é acadêmico da PUC – RJ. Informou que nas Artes Cênicas  
1427 o Presidente será o representante da FUNARTE Marcelo Bones.  
1428 Explicou que teremos três representantes, um de circo, um de dança  
1429 e um de teatro: Claudio Andrés Barria, do circo, Marise Gomes, da  
1430 dança, Leonde Silva, do teatro, e nomes de notório saber também  
1431 nomes representando cada uma das linguagens, dança, teatro e  
1432 circo: Henrique Rodovalho, Marcio Meirelles e Ermínia Silva. Em  
1433 Música a presidência será exercida pela FUNARTE, representando o  
1434 Ministério da Cultura, o Cacá Machado. Teremos novamente um  
1435 representante da SEFIC, o presidente da Secretaria Executiva e mais  
1436 um representante da FUNARTE. Da sociedade civil tem três  
1437 representantes, um da música popular, Makely Oliveira Soares, da

1438 música erudita, Luis Felipe Gama, da Associação Brasileira de Música,  
1439 que será definida aqui na reunião do CNPC. Como especialistas nós  
1440 temos três nomes já. É o Chico Cesar, artista e dirigente da Paraíba,  
1441 o produtor cultural Pena Schimidt e Benjamin Taubikin. Livro, Leitura,  
1442 Literatura e Humanidades a presidência será do Fabiano dos Santos,  
1443 representando a Secretaria de Articulações Institucional na área de  
1444 Livro e Leitura. Um representante da SEFIC, um representante da  
1445 Fundação Biblioteca Nacional, que é o Ubaldo Miranda e um  
1446 representante da FUNARTE. Representando a sociedade civil nós  
1447 teremos três nomes do Colegiado Livro e Leitura, Juracy Ignez, João  
1448 de Castro e Maria do Socorro e um representante da Academia  
1449 Brasileira de Letras, que teremos que tirar o nome dele aqui do  
1450 CNPC. Os três especialistas que estão previstos: Eliana Lucia  
1451 Madureira, Ezequiel Theodoro da Silva e Maria das Graças Monteiro  
1452 de Castro. No Comitê Técnico de Acesso e Diversidade teremos como  
1453 presidente o Secretário da Secretaria da Identidade e da Diversidade  
1454 Cultural, do Ministério, Américo Córdula, um representante da SEFIC,  
1455 um representante da Fundação Palmares e um representante da  
1456 Secretaria da Cidadania. Da sociedade civil teremos um  
1457 representante da cultura afro-brasileira, um representante das  
1458 culturas populares e um representante das culturas indígenas. E aí já  
1459 dois nomes das culturas populares, Rosildo Moreira e das culturas  
1460 indígenas, Antônio Maurício Fonseca de Oliveira, já definidos. Os  
1461 especialistas da área: Vânia Danielle Pacheco, também representando  
1462 as três áreas, afro-brasileira, populares e indígena: Vânia Danielle  
1463 Pacheco, Chico Simões e Afonso Oliveira. Na área de Patrimônio e  
1464 Memória o presidente do Comitê Técnico será o Luis Fernando, que é  
1465 o Presidente do Iphan. Teremos um representante da SEFIC, um  
1466 representante do IBRAM e um representante da Casa Rui. Da  
1467 sociedade civil, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Material, Museus e  
1468 Arquivos e a FAPEMIG, que é a Entidade de Pesquisa. Os especialistas  
1469 que já estão indicados são Eliana Monteiro, Mariely Cabral de Santana

1470 e Andrey Rosenthal Schlee. Ações Transversais e Equalização de  
1471 Políticas Culturais nós teremos como Presidente o Herência, que é  
1472 Secretário de Políticas Culturais do Ministério. Mais uma vez  
1473 representação da SEFIC, uma representação da Secretaria de  
1474 Articulações Institucional e uma representação da Secretaria de  
1475 Cidadania. Por fim, informou que da sociedade civil nós teremos seis  
1476 representantes que teriam que tirar da 10ª Reunião Ordinária do  
1477 CNPC, representando ANDIFES, O IHGB, SBPC, GIFE, ANEC e do  
1478 Comitê Gestor da Internet. Especialistas teremos o Carlos Augusto  
1479 Machado Calil, Laymert Garcia dos Santos e Nelson Simões da Silva.  
1480 Bom, no dia 30 o Ministro avalia definitivamente esses nomes e  
1481 anuncia a composição, e saíria uma portaria nomeando essas  
1482 pessoas, esses nomes que estão em aberto serão para discussão aqui  
1483 no CNPC. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) abriu a  
1484 rodada de inscrições. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital)  
1485 observou que a arte digital estava inserida como entendimento de  
1486 audiovisual que é o entendimento mais corriqueiro do próprio  
1487 Ministério da Cultura; Colocou que era um grande início de  
1488 transformação da mentalidade do próprio Ministério, que é inserir a  
1489 arte digital em patrimônio e memória; Colocou que não há esse tipo  
1490 de conexão, e se preocupa com a digitalização do séc. 19 e que nesse  
1491 sentido a arte; Disse que estão sempre nem um pouco preocupados  
1492 em manter aquilo que já nasce digitalizado, que não tem nenhum  
1493 órgão que esteja hospedando coisas que devam ser guardadas. A  
1494 Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) perguntou se na última reunião dos  
1495 colegiados se havia sido levada uma proposta e os colegiados haviam  
1496 trabalhado o dia inteirinho nisso, e havia sido acordado que eles  
1497 enviariam ao Sr. Kleber essas complementações; Colocou que quando  
1498 viu no Diário Oficial que a sugestão do Colegiado de Dança, não havia  
1499 sido acordado, mesmo com toda a área de dança tendo se  
1500 manifestado, questionou o porquê de não ter sido feito nenhum  
1501 posicionamento; Citou como exemplo de uma das solicitações o



1502 término da nomenclatura de artes cênicas como expressão  
1503 generalizadora de áreas distintas como Teatro, Dança, Circo e Ópera.  
1504 A Sra. **Virgínia Lúcia Menezes** (Teatro) lembrou ser fruto da II  
1505 Conferência Nacional de Cultura, e colocou que se sente muito ruim  
1506 por ser muito proativa, e que ainda, ela critica, mas propõe também.  
1507 O Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio Material) colocou que em relação  
1508 à questão da área digital queria acrescentar não só a questão da  
1509 contribuição da arte digital para a preservação do patrimônio, como a  
1510 preservação da própria arte digital; Disse que em relação à cultura  
1511 popular só queria ressaltar para se preocupar com a cultura popular  
1512 lê tanto o patrimônio material como o imaterial porque há uma  
1513 valorização muito grande, pertinente do patrimônio imaterial, mas  
1514 também há, e é importante não só registrar essa cultura popular, não  
1515 só privilegiar a monumentalidade; Colocou ainda que essa Lei na  
1516 verdade ela tem uma transversalidade entre às áreas, você escreve  
1517 uma área específica, mas você não precisa escrever, por exemplo,  
1518 em artes visuais se aquele seu projeto for avaliado pela comissão  
1519 como um projeto que abrange outras áreas, como patrimônio, ele vai  
1520 ser avaliado nas diversas áreas. O Sr. **Kléber Rocha** (Ministério da  
1521 Cultura) relatou que com relação ao registro que a mesa sinalizou no  
1522 dia do colegiado foi de uma forma bem objetiva, que o registro foi  
1523 feito e ele foi demandado para as instâncias do Ministério que  
1524 receberam essa demanda colocada; Comentou que a combinação é  
1525 de que depois fosse feito um documento que seria repassado por  
1526 cada um dos colegiados e encaminhado ao Ministério para que a  
1527 gente pudesse ir tecendo e obtendo essas informações. O Sr.  
1528 **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) informou que isso seria  
1529 avaliado dentro do Ministério também e aí iriam se posicionar;  
1530 Colocou que estão trabalhando na interface das áreas não é porque  
1531 um colegiado determinou uma coisa que o Ministério tem que acatar,  
1532 que eles tentam fazer acordos no Plenário, e se o Plenário não chega  
1533 a um acordo o Ministério delibera, que assim funciona em vários

1534 assuntos. Na continuidade, após deliberações, o Sr. **Marcelo Veiga**  
1535 (Coordenador-Geral do CNPC) agradeceu ao Sr. Alfredo e retomou  
1536 alguns encaminhamentos antes de finalizar a reunião; Informou que  
1537 amanhã retomariam a discussão para confirmação da composição dos  
1538 comitês; Lembrou que seria preciso que cada área que fosse  
1539 representada pela sociedade civil tivesse pelo menos um assento  
1540 nesses comitês; Disse que com relação ao projeto de doação de obras  
1541 de arte que na verdade isso estava desde o ano passado no  
1542 Ministério, e que pessoas se atrasarem no começo das atividades do  
1543 dia seguinte, que poderiam até antecipar essa pauta e já começar a  
1544 discutir; Ressaltou que o anteprojeto era o fruto de um grupo de  
1545 trabalho e ele precisava ser aprovado formalmente pelo Plenário para  
1546 ele continuar o trâmite dentro do Ministério. O Sr. **Marcelo Veiga**  
1547 (Coordenador-Geral do CNPC) naquele momento agradeceu a todos  
1548 os presentes e encerrou o primeiro dia de atividades da 10ª Reunião  
1549 Ordinária do CNPC. O Plenário do Conselho Nacional de Política  
1550 Cultural (CNPC) voltou a se encontrar nesta quarta-feira, 23 de  
1551 junho, no Hotel St. Peter. Em mais um dia de debates da 10ª Reunião  
1552 Ordinária do CNPC, estiveram na pauta temas como Termos de  
1553 Parceria, a II Conferência Nacional de Cultura e Concursos Públicos  
1554 do Ministério da Cultura. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral  
1555 do CNPC) iniciou e coordenou a sessão do segundo dia de atividades,  
1556 destinado a apreciar a seguinte pauta: **Pauta do dia 23 de Junho**  
1557 **de 2010: 6)** Resultados do Termo de Parceria SAC; **7)** Resultado do  
1558 GT Doações de Obras de Arte; **8)** Resultados II Conferência Nacional  
1559 de Cultura/Filme CNC; **9)** Termo de Parceria Pró-Capoeira (IPHAN);  
1560 **10)** Concursos do Ministério da Cultura; **11)** Encaminhamentos,  
1561 Informes e Breves Comunicações. O Sr. **Marcelo Veiga**  
1562 (Coordenador-Geral do CNPC) cumprimentou a todos e deu início a  
1563 sessão do segundo dia de trabalho; Explicou que a pauta seria  
1564 bastante extensa e solicitou a todos que compreendessem isso;  
1565 Ressaltou a presença da Sra. Maria Dora G. Mourão, presidente da

1566 Sociedade Amigos da Cinemateca – SAC e do Sr. Carlos Magalhães,  
1567 diretor da Cinemateca naquele momento; Informou que havia tido  
1568 uma solicitação na última reunião ordinária de que apresentassem os  
1569 resultados dos termos de parcerias que foram aprovados no Plenário;  
1570 Colocou que começarão a partir dessa reunião com as apresentações  
1571 desses resultados com o termo de parceria que foi feito entre o  
1572 Ministério e a SAC, e que para a próxima reunião já levariam mais  
1573 dois termos de parceria, os que foram firmados com a Secretaria de  
1574 Identidade e Diversidade – SID; Disse que iniciariam com um  
1575 panorama geral do termo de parceria com a SAC e o Ministério da  
1576 Cultura. **Item 6) Resultados do Termo de Parceria SAC:** A Sra.  
1577 **Maria Dora G. Mourão** (Presidente da Sociedade Amigos da  
1578 Cinemateca) cumprimentou a todos e informou que antes de ser  
1579 Presidente da Sociedade Amigos da Cinemateca era professora da  
1580 Universidade de São Paulo, professora do Departamento de Cinema,  
1581 Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes; Informou que  
1582 o Sr. Carlos Magalhães, Diretor da Cinemateca Brasileira, iria  
1583 apresentar para todos os projetos que estão em andamento,  
1584 resultantes da parceria SAC – MinC; Salientou que o significado da  
1585 Sociedade Amigos da Cinemateca é que ela é uma OSCIP, no entanto  
1586 ela existe há mais de quarenta anos; Explicou que a Cinemateca  
1587 Brasileira existe há mais de sessenta anos e a SAC há mais de  
1588 quarenta; Disse que era importante salientar isso porque a SAC, no  
1589 Brasil, foi uma das primeiras associações com essa estrutura de  
1590 associações de amigos que foram criadas em apoio ao órgão  
1591 principal, digamos assim, no caso a Cinemateca Brasileira; Observou  
1592 ainda que durante mais de quarenta anos a SAC teve sempre esse  
1593 papel de conseguir, de gerenciar recursos captados e gerenciar esses  
1594 recursos para a Cinemateca Brasileira; Colocou que existe uma  
1595 simbiose absoluta entre a SAC e a Cinemateca, que a SAC não  
1596 existiria se a Cinemateca não existisse, e ainda que a SAC só  
1597 funciona para projetos que tenham haver com os objetivos da

1598 Cinemateca Brasileira; Ressaltou que todo termo de parceria assinado  
1599 com o MinC ele passa por projetos que tenham especificamente a ver  
1600 com a área do cinema e do áudio visual, que projetos que não  
1601 tenham a ver com esse campo específico eles não podem ser  
1602 gerenciados pela SAC porque nos estatutos da SAC isto é muito claro;  
1603 Disse que a SAC só trabalha nesse campo e em projetos que passem  
1604 necessariamente pela Cinemateca Brasileira; Informou também que  
1605 então quando se fala Cinemateca, se fala SAC e que ela tinha muito  
1606 orgulho de dizer que as duas entidades se confundem, mesmo com a  
1607 Cinemateca sendo um órgão público do Ministério da Cultura e a SAC  
1608 sendo um órgão privado. O Sr. **Carlos Magalhães** (Diretor Executivo  
1609 da Cinemateca Brasileira) iniciou sua apresentação e disse que a  
1610 proposta seria fazer um panorama geral entre a SAC e o Ministério da  
1611 Cultura e depois se colocaria a disposição para interesse do Conselho;  
1612 Colocou que teve a oportunidade em conjunto com a professora Maria  
1613 Dora Mourão de fazer a apresentação de um dos nossos planos de  
1614 trabalho, especificamente do Banco de Conteúdos Culturais; Disse  
1615 que como a professora Dora já mencionara, que a SAC é uma  
1616 entidade com longos e grandes serviços prestados à Cinemateca  
1617 Brasileira, ela capta recursos via Lei Rouanet, via lei estadual, lei  
1618 municipal, recebe uma subvenção municipal de São Paulo autorizada  
1619 pelo poder legislativo; Ressaltou que ela tem tido uma atuação muito  
1620 forte e determinante nos resultados que tem alcançado nesses  
1621 últimos anos; Disse que o próprio Ministério da Cultura por diversos  
1622 períodos se conveniou com a SAC, e que em 2008 acharam por bem  
1623 ter uma cooperação técnica mais bem definida entre SAC e Ministério  
1624 da Cultura, não só a Cinemateca, mas como um Ministério como um  
1625 todo. Informou que isso não envolvia nenhuma transferência de  
1626 recursos, mas que foi feito um acordo de cooperação técnica, um  
1627 documento assinado em julho de 2008 com um prazo inicial de cinco  
1628 anos, renováveis por iguais períodos se assim for de interesse das  
1629 partes; Explicou que a partir disso foi firmado um e meses depois

1630 fizeram um termo de parceria específico, que foi o objeto de  
1631 apresentação também, bastante amplo também por cinco anos,  
1632 renováveis por iguais períodos, de acordo com o interesse das partes,  
1633 e muito genérico no sentido de que a atuação nas suas áreas de  
1634 preservação, documentação, catalogação, difusão de acervos,  
1635 formação, todos os projetos, enfim, atividades correntes da própria  
1636 Cinemateca Brasileira; Observou que incluíram as ações previstas no  
1637 Programa Mais Cultura, que foi instituído em outubro de 2007 pelo  
1638 Decreto 6.226, e que a partir daí desenvolveram diversos planos de  
1639 trabalho; Ressaltou que a diferença fundamental entre o status  
1640 anterior de propostas da Cinemateca e as propostas da SAC para os  
1641 poderes públicos, permitem que o poder público proponha e convide  
1642 a Sociedade Amigos da Cinemateca, nesse caso específico, a  
1643 desenvolver uma política pública; Colocou que isso proporcionou a  
1644 Cinemateca uma tranquilidade muito grande porque existiam diversos  
1645 projetos que na verdade estavam se transformando em programas;  
1646 Comentou que um exemplo claro disso era a Programadora Brasil,  
1647 que nessa época, tinham completado duas edições com recursos  
1648 públicos do Ministério da Cultura, realizados através de convênios, a  
1649 partir da qualificação da SAC como organização social de interesse  
1650 público do termo de parceria firmado foi possível que essa iniciativa  
1651 passasse de fato a sua origem que era o Ministério da Cultura,  
1652 Secretaria do Audiovisual e Cinemateca Brasileira; Explicou que os  
1653 planos que estão elencados nesse quadro são: I- Mais Cultura  
1654 Audiovisual, que já apresentava duas vertentes claras, o FICTV na  
1655 sua primeira etapa e o Cine Mais Cultura; A terceira etapa da  
1656 Programadora Brasil; Um amplo Programa de Preservação e Difusão  
1657 de Acervos Audiovisuais; O Xpta.Lab; Banco de Conteúdos Culturais;  
1658 Programadora Brasil IV; FICTV – etapa II; Cultura Digital; Programa  
1659 de Preservação e Difusão de Acervos Audiovisuais II; Plano Nacional  
1660 de Cultura; Nós na Tela; E Cine Mais Cultura – etapa II. O Sr. **Carlos**  
1661 **Magalhães** (Diretor Executivo da Cinemateca Brasileira) colocou que

1662 o primeiro plano de trabalho tem essa divisão, e que o Cine Mais  
1663 Cultura é uma iniciativa fundamental do Ministério da Cultura, da  
1664 Secretaria do Audiovisual, uma ampliação significativa da  
1665 possibilidade da circulação e de difusão das obras audiovisuais  
1666 brasileiras; Informou que já podem notar iniciativas locais de  
1667 equipamentos para projeção de filmes, equipamentos simples,  
1668 sistemas de som, sistemas de projeção eletrônico, mas com um  
1669 diferencial que na qualificação dos responsáveis por esses pontos de  
1670 difusão através de oficinas aonde trata da questão do audiovisual,  
1671 onde se trata da questão da produção brasileira e associando já ao  
1672 programa da Programadora Brasil; Disse que esse diferencial será já  
1673 estar fornecendo um conteúdo audiovisual inicial para que esses  
1674 pontos possam funcionar e levar essa produção importante da cultura  
1675 brasileira para locais aonde não existia nenhum tipo de possibilidade  
1676 de uma exibição pública; Colocou que paralelamente eles não têm  
1677 uma ligação direta, que era apenas uma estratégia de em um único  
1678 plano de trabalho ter duas ações bastante diferenciadas e bastante  
1679 claras, que é o FICTV; explicou que o FICTV é uma iniciativa também  
1680 da Secretaria de Audiovisual de fomento à produção de conteúdos  
1681 para televisão, especialmente no campo público, Relatou que a  
1682 estratégia foi de primeiro conversar com todo o campo público da  
1683 televisão, e então houve um encontro de dois dias na Cinemateca  
1684 Brasileira onde todos os responsáveis pelas televisões públicas do  
1685 país estiveram presentes discutindo essa proposta de se ter uma  
1686 produção de minisséries especificamente para a juventude brasileira,  
1687 para jovens entre 17 e 25 anos e de classe C, D e E; Informou que a  
1688 partir dessa reunião foi elaborada uma pesquisa bastante  
1689 aprofundada sobre que interesse esse público teria e foi lançado um  
1690 edital já com um balizamento bastante grande do produto que se  
1691 pretendia; Informou que tiveram 225 inscrições de 19 Estados da  
1692 Federação e o objetivo era selecionar oito projetos para que durante  
1693 um determinado período, eles produzissem um piloto para ser daí

1694 submetido a uma nova fase de apreciação por uma comissão com  
1695 indicados por profissionais obviamente vinculados a cada uma das  
1696 áreas ao projeto se refere; Disse que durante os oito projetos, a  
1697 inovação também se deu que o edital previa um acompanhamento  
1698 em fases muito específicas de uma interação muito grande entre a  
1699 equipe de acompanhamento do projeto e cada um dos oito  
1700 contemplados, com orientação nas várias fases que uma produção  
1701 contempla, desde a elaboração de roteiro ao desenvolvimento do  
1702 roteiro; Informou que distribuiriam naquele momento o relatório  
1703 anual da Cinemateca Brasileira que é mais amplo obviamente do que  
1704 os planos de trabalho que ele estava expondo; E ainda que  
1705 distribuiriam também a edição de uma publicação da Programadora  
1706 Brasil e dois DVDs, cada um com quatro episódios desses  
1707 contemplados no FICTV; Informou que os contemplados nessa  
1708 primeira fase foram Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e  
1709 Bahia; Explicou que a segunda etapa então era uma continuação do  
1710 Programa Mais Cultura Audiovisual, com fomento à produção de  
1711 conteúdos, e daí foram selecionados três projetos: Brilhante Futebol  
1712 Clube, Natália e Vida de Estagiário; Disse que esses três projetos  
1713 hoje se encontram em fase de produção e a idéia é que as três  
1714 minisséries sejam lançadas em dezembro desse ano e já com a janela  
1715 garantida no sistema da TV Brasil da EBC; Ressaltou que foi um  
1716 projeto exemplar e que estavam muito satisfeitos com os objetivos e  
1717 com essa possibilidade de acompanhamento do que é feito pelos  
1718 contemplados e ainda, que foi unânime entre os jurados que a  
1719 decisão de escolher três entre oito foi muito difícil dada a qualidade  
1720 dos oito trabalhos apresentados na primeira para segunda etapa;  
1721 Relatou que a primeira etapa do Cine Mais Cultura, que implantaram  
1722 400 cines, e que o critério de contemplar as propostas também é um  
1723 critério por edital, para entidades sem fins lucrativos e parcerias;  
1724 Informou que nessa primeira fase fizeram parcerias com o Iphan,  
1725 com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, com o Conselho

1726 Nacional de Cineclubes, com a Associação Brasileira de  
1727 Documentaristas - ABD, com o SESC e com o Fórum de Experiências  
1728 Populares de Audiovisual - FEPA; Disse que hoje estão em uma  
1729 segunda etapa que é um outro plano de trabalho onde nós estão  
1730 implantando mais 600 pontos de difusão, entregando até novembro e  
1731 de novo formando as oficinas; Explicou que o Conselho Nacional de  
1732 Cineclubes tem sido um parceiro fundamental, e que existe uma  
1733 exigência de pelo menos dois responsáveis por cada um desses cines  
1734 se qualificarem nessas oficinas, que é uma obrigação que consta no  
1735 edital ou nos termos de parceria firmados, resultando muita gente;  
1736 Ressaltou que o país é realmente continental e que essas pessoas  
1737 têm uma logística bastante complexa para que isso aconteça  
1738 presencialmente; Colocou que o Segundo Plano de Trabalho  
1739 Programadora Brasil que já vinha sido desenvolvido, que basicamente  
1740 é interessante porque acaba unindo diversas, enfim, funções da  
1741 Cinemateca Brasileira, de certa maneira é uma organização de obras  
1742 audiovisuais que são escolhidas também por comissões convidadas  
1743 pelo programa; Disse que cada obra dessa então, na verdade,  
1744 quando ela é selecionada ela tecnicamente é revisada, ela vai pra  
1745 Cinemateca, então tem todo um trabalho de preservação, que a  
1746 Programadora é muito abrangente; Observou que a idéia é que tenha  
1747 realmente um panorama muito amplo da produção brasileira e tenha  
1748 uma sistemática que estão avaliando, mas que está funcionando  
1749 muito bem; Atentou que o interessado precisa se associar à  
1750 Programadora Brasil, ele adquire os programas a praticamente um  
1751 preço de custo de remessa, pois o programa é financiado por  
1752 recursos públicos, então esse custo de remessa e uma parcela do  
1753 direito patrimonial do detentor do direito dessa obra; Informou que  
1754 em 2007 tinham 310 associados, em dezembro de 2008 passaram  
1755 para 589 associados, em dezembro de 2009 para 1.006 associados e  
1756 agora em junho de 2010 para 1.245 associados; Ressaltou que estão  
1757 com a Programadora Brasil presente em 450 municípios do Brasil em



1758 todas as unidades da federação, e que em 30 de abril desse ano  
1759 registraram 102.540 presenças em 2.472 sessões; Relatou que a  
1760 quarta etapa desse projeto, que deve acontecer em agosto desse  
1761 ano, lançará mais 207 títulos organizados em 60 programas; Disse  
1762 que só lançam títulos que estejam registrados na ANCINE, que  
1763 tenham CPB, então que é um processo também de organização desse  
1764 material da produção audiovisual brasileira, e na medida em que  
1765 solicitam material para divulgação, para publicação nessa revista,  
1766 para publicação no encarte dos DVDs, etc., é um momento de  
1767 organização, é um momento de análise técnica desse material;  
1768 Explicou que no início havia muita desconfiança com essa análise  
1769 técnica, existia uma natural irritação, mas que depois de muita  
1770 conversa conseguem ter o material organizado; Passou para o Plano  
1771 de Trabalho III, que foi um programa bastante amplo que  
1772 apresentaram, uma demanda Cinemateca para o MinC no  
1773 crescimento dessa responsabilidade da Cinemateca Brasileira; Disse  
1774 que um plano desses seria ideal para que pudessem qualificar melhor  
1775 o pessoal e pudesse responder melhor as demandas que se  
1776 apresentam, então, ele é bastante amplo; Informou que atuam nas  
1777 áreas básicas da instituição, em catalogação, com emissão de laudos  
1778 sobre filmes, com a alimentação das bases de dados sobre a  
1779 filmografia brasileira, da mesma forma na documentação com a  
1780 filmografia brasileira que é disponibilizada no site; Colocou que é  
1781 fundamental hoje para vida prática de produtores porque existem  
1782 documentos, documentos contratuais, documentos fiscais e etc. que  
1783 muitas vezes ainda por motivos diversos, os produtores precisam ter  
1784 acesso e esse trabalho todo de organização desde a higienização  
1785 desse material, está sendo colocado à disposição dos interessados.  
1786 Na sequência, o Sr. **Carlos Magalhães** disse que obviamente a obra  
1787 audiovisual ela é muito propícia à transversalidade, então é possível  
1788 desenvolver conforme a obra, obviamente, trabalhos na área de  
1789 política, na área de história, da geografia e da literatura; Relatou que

1790 os objetivos são: Revitalização e Modernização de Espaço Cultural  
1791 para Ampliação da Difusão e Guarda do Audiovisual Brasileiro;  
1792 Revitalização e modernização do imóvel recém recebido pela  
1793 Cinemateca Brasileira da Secretaria do Patrimônio da União em São  
1794 Paulo, com a finalidade de proceder às adaptações e reformas  
1795 necessárias para dotar a edificação das condições técnicas  
1796 necessárias para abrigar novas funções; e Notadamente reservas  
1797 específicas de guarda de acervos, áreas de processamento de acervos  
1798 fílmicos e documentais, oficina de reparo e restauro de equipamentos  
1799 de processamento audiovisuais, bem como todas as demais  
1800 instalações administrativas, de apoio e serviços, necessárias ao  
1801 desenvolvimento dessas atividades; Colocou que então isso na área  
1802 de preservação tem um monitoramento diário e que a Cinemateca  
1803 tem vários arquivos climatizados; Explicou que o plano de trabalho  
1804 16, está dividido entre arquivos de matrizes, arquivo de material para  
1805 difusão, nitrato, que é um outro suporte que requer condições  
1806 diferenciadas, papel, vídeo e fotografia; Ressaltou que todos eles têm  
1807 um monitoramento diário porque a condição de guarda é fundamental  
1808 para a vida útil desses materiais, por isso existe um esforço enorme  
1809 em manter baixas temperaturas e baixos os índices de umidade  
1810 relativa, essas são as duas variáveis fundamentais para a vida útil  
1811 dos materiais que compõe os acervos sob a responsabilidade deles;  
1812 Explicou que o conjunto de ações da etapa III desta ação continuada  
1813 do Programa Mais Cultura será voltado para a realização do segundo  
1814 edital FICTV/Mais Cultura de seleção de projetos de desenvolvimento  
1815 e produção de teledramaturgia seriada para TVs públicas.; Disse que  
1816 obviamente a complexidade acabou aumentando com a diversidade  
1817 de mídias que hoje são apresentadas, que até alguns anos atrás só  
1818 recebiam cópias em película, mas que hoje recebem cópia em  
1819 película, em vídeo, em HD, enfim, uma gama muito grande de mídias  
1820 e que estão equipados e qualificados para isso; Ressaltou que o  
1821 laboratório da Cinemateca Brasileira hoje tem capacidade de leitura

1822 de diversas mídias, inclusive muitas já descontinuadas, e que é a  
1823 obrigação deles de manter isso; Observou que os resultados devem  
1824 sair no começo do ano que vem, quer dizer, eles estão  
1825 desenvolvendo os projetos e tem uma peculiaridade também  
1826 bastante rica; Disse que cada um desses laboratórios deve não só  
1827 desenvolver o seu projeto central, mas deve também coordenar mais  
1828 16 projetos filhotes que eles vão administrar; Informou que devem  
1829 apresentar os resultados num simpósio que deve ser realizado na  
1830 própria Cinemateca provavelmente em março do ano que vem;  
1831 Colocou que o Plano de Trabalho V, na prancha 24, é o Banco de  
1832 Conteúdos Culturais, é uma implantação com uma política de  
1833 digitalização e de acesso aos conteúdos culturais e que receberam  
1834 recursos por enquanto do Ministério da Cultura, mas um grande apoio  
1835 já da RNP e um compromisso do Ministério de Ciência e Tecnologia,  
1836 que foi até objeto também da explanação que o Ministro da Ciência e  
1837 Tecnologia fez, segundo ele, no Conselho naquela ocasião onde  
1838 firmou um acordo de cooperação com o Ministério da Cultura;  
1839 Explicou que isso tem permitido à Cinemateca Brasileira ir ao CTAV,  
1840 que é o parceiro nesse projeto, a expandir o parque tecnológico;  
1841 Informou também que a Cinemateca adquiriu telecines, adquiriu  
1842 scanners, softwares e equipamentos que permitem que façamos em  
1843 casa esse trabalho e que a gente coloque isso no ar disponível;  
1844 Ressaltou que o detentor desses direitos possa depositar esse  
1845 material na Cinemateca, ele vai ser preservado lá, ele depois de  
1846 digitalizado vai ser disponibilizado gratuitamente via internet em  
1847 baixa resolução, com marca d'água, mas, porém vai ter uma opção  
1848 de comercialização disso com o resultado disso obviamente para o  
1849 detentor dos direitos; Explicou que ele poderá vender pedaços dessa  
1850 obra como elementos de uma nova obra, e que isso já acontece na  
1851 verdade; Relatou que a Cinemateca atende anualmente diversos  
1852 pedidos nesse sentido, só que nos dias de hoje é feito em um  
1853 atendimento pessoal, o detentor autoriza, e aí sim copiam o trecho

1854 solicitado; Disse também que a idéia é que tudo isso esteja  
1855 concentrado no banco de conteúdos e o demandante, o pesquisador,  
1856 o usuário possa fazer pelo próprio banco; Explicou que além da  
1857 grande possibilidade de pesquisa e de difusão desses conteúdos o  
1858 projeto se configura também como uma criação de um modelo de  
1859 negócio para os detentores desses direitos patrimoniais; Relatou que  
1860 os conteúdos audiovisuais e digitalizados ocupam espaços  
1861 monumentais, mas que estão se estruturando para isso e  
1862 principalmente já estão ligados na rede RNP, portanto, o maior  
1863 interesse que é a difusão não comercial, cultural e educativa, eles  
1864 tem condições de fazer via rede física da RNP com alta qualidade,  
1865 com alta velocidade em até dez gigabytes por segundo; Comentou  
1866 que o Plano de Trabalho VI é a Programadora Brasil, o VII é a  
1867 segunda etapa do FICTV, e o Plano de Trabalho VIII chama-se  
1868 Cultura Digital, que também tem uma forte parceria com a Secretaria  
1869 de Políticas Culturais; Ressaltou ainda que a Secretaria do  
1870 Audiovisual é a relação fundamental e todos esses planos de trabalho  
1871 passam por lá; Explicou que a Cultura Digital é um caso específico de  
1872 interesse da Diretoria de Cultura Digital ligada à SPC e a proposta  
1873 que era a realização de um seminário sobre digitalização de acervos e  
1874 um Fórum de Cultura Digital Brasileira foi feita; Informou que o  
1875 Programa de Preservação e Difusão de Acervos de Audiovisuais II,  
1876 que é o Plano de Trabalho IX, se encerrou com toda uma gama de  
1877 atividades; Colocou que o Plano X também da Secretaria de Políticas  
1878 Culturais, o Plano Nacional de Cultura, foi todo um suporte pra  
1879 articulação dos planos setoriais, todo um apoio às pré-conferências  
1880 setoriais que foram feitas ainda no começo desse ano; O Plano de  
1881 Trabalho XI - Nós na Tela, também é um edital público dirigido pra  
1882 classe C, D e E, têm jovens entre 17 e 29 anos que sejam integrantes  
1883 ou egressos de projetos sociais e que tenham propostas de curta;  
1884 Relatou que os projetos também são acompanhados nessa produção,  
1885 que são de baixíssimo custo, e as cidades selecionadas foram:

1886 Brasília, São Paulo, Diadema, Campinas, Guarujá, Santos e a própria  
1887 cidade de São Paulo, no Paraná, Curitiba e Londrina, em Pernambuco,  
1888 Recife e Olinda, Alagoas, Piaçabuçu, Manaus, Lábria, em Manaus, no  
1889 Amazonas, desculpe, no Ceará, Liomoeiro do Norte, e em Tocantins,  
1890 a cidade de Palmas; Colocou que portanto, estão desenvolvendo uma  
1891 meta de implantar mais mil unidades até o final ou meados do ano  
1892 que vem, o que daria um parque de 2.000 cines bastante  
1893 significativos, inclusive frente à quantidade de salas de exibição  
1894 comerciais ou não, que são cadastradas pela ANCINE. A Sra. **Maria**  
1895 **Dora G. Mourão** (Presidente da Sociedade Amigos da Cinemateca)  
1896 acrescentou que cada vez que se depara com esse relatório e fica  
1897 impressionada com o que já foi feito; Ressaltou que se fosse possível  
1898 ter tempo para perguntas e respostas seria interessante para  
1899 entenderem também um pouco do Conselho, como é que ele está  
1900 vendo o desenvolvimento desses planos de trabalho e desses projetos  
1901 todos. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) agradeceu  
1902 a apresentação do Sr. Carlos, as considerações da professora Maria  
1903 Dora e abriu para o debate com algumas inscrições já feitas  
1904 anteriormente. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital)  
1905 parabenizou todos os programas, todas as realizações e editais que  
1906 estão sendo realizados e comentou que vêm percebendo realmente  
1907 uma grande movimentação na produção e mudanças, coisas novas  
1908 aparecendo; Perguntou por que é que no edital do Xpta.Lab fecharam  
1909 o edital aos proponentes não podendo ser empresas, sendo que para  
1910 ela, na área de cinema, toda produtora de cinema é empresa; E  
1911 perguntou também porque é que o edital do Xpta fizeram uma  
1912 amarração de que tinha que ser uma instituição e a instituição é que  
1913 tinha que contratar empresas; Informou que sendo da área de  
1914 audiovisual, o que não conseguia entender é como é que por um  
1915 lado, anos de Lei Rouanet, de políticas desse Ministério nos  
1916 empurram a abrir empresas porque seria mais fácil para trabalhar, foi  
1917 empurrada a formalização, quer dizer, o país inteiro estaria sendo

1918 empurrado para formalização. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-  
1919 Geral do CNPC) solicitou que todos respeitassem o prazo de três  
1920 minutos em suas falas para dar andamento à reunião conforme  
1921 previsto. O Sr. **Lamartine Silva** (Culturas Afro-Brasileira) se  
1922 apresentou como representante da memória e do povo afro, da  
1923 cultura afro do país no Conselho; Colocou que levando em  
1924 consideração que esses programas visam trabalhar o âmbito da  
1925 educação, a cultura e também vindo ao protagonismo de uma  
1926 população menos favorecida na produção de audiovisual, que gostaria  
1927 de saber dos expositores uma catalogação do acervo do ponto de  
1928 vista que tratasse dessa questão mais da diversidade, seja indígena,  
1929 seja negro; Disse que o cinema também ele reproduz de certa forma  
1930 uma lógica racista de que os heróis são brancos, e que ele gostaria  
1931 de ter acesso a esses filmes de desenho animado que proporcione  
1932 discutir a possibilidade da inclusão da população negra e de  
1933 população indígena; Ressaltou que a população negra inteira do país  
1934 seja no campo cultural, em todos os campos estão muito revoltados  
1935 com isso, porque a gente entende o seguinte, a partir do momento  
1936 que o negro deixa de ser maioria na cadeia e passa a ocupar os  
1937 setores de produção e de poder com certeza estão cumprindo um  
1938 papel social, não um para população negra, mas um para população  
1939 brasileira em geral; Ressaltou também que seria importante que  
1940 organizassem melhor a pauta, os assunto a serem discutidos, com  
1941 coisas mais relevantes como Fundo Nacional de Cultura, coisas mais  
1942 polêmicas e etc. que demandassem mais tempo. A Sra. **Virgínia**  
1943 **Lúcia Menezes** (Teatro) parabenizou o relatório, pois mostra um  
1944 grande disposto de inclusão, e hoje convivem com uma grande  
1945 ampliação do acesso ao repertório nacional do cinema brasileiro;  
1946 Colocou que o seu Estado de origem, Sergipe, é o menor estado da  
1947 federação e há dois anos conheceu a relação de 150 obras de lá, mas  
1948 que hoje se percebe que são mais de 400 títulos, com toda a questão  
1949 que do direito autoral; Solicitou que ampliassem o número de oficinas

1950 a esta linguagem que é o cinema, porque muita gente talvez não  
1951 participa por não conhecer porque é realmente uma linguagem  
1952 complexa; Observou que até mesmo para quem é da área de teatro,  
1953 fica complicado por não conhecer exatamente essas margens. O Sr.  
1954 **Ildeu de Castro Moreira** (Ministério da Ciência e Tecnologia)  
1955 colocou que irão organizar um encontro de teatro e ciência em  
1956 Fortaleza em agosto no Shopping Dragão do Mar, junto com o  
1957 pessoal da EBC, um sobre rádio e ciência em Pernambuco em  
1958 setembro, e outro sobre ciência e arte no Rio de Janeiro e querem  
1959 evidentemente ter essa participação sobre a questão da presença da  
1960 ciência no cinema brasileiro nesse festival que irão organizar e já  
1961 estão organizando. O Sr. **Jeferson Dantas Nevolar** (Arquitetura e  
1962 Urbanismo) parabenizou os colegas da mesa e aos colegas da  
1963 Cinemateca pela qualidade e abrangência da apresentação; Colocou  
1964 que eles, do Instituto de Arquitetos do Brasil, há muito tempo  
1965 anseiam e desejam a constituição de um acervo sobre o cinema e  
1966 arquitetura, que são muitos os exemplos existentes; Solicitou que se  
1967 pudessem talvez em conjunto tentar organizar um acervo que  
1968 pudesse contribuir em metodologia, em tecnologia, porque segundo  
1969 ele, é muito grande o número de produtos que existem, mas não  
1970 possuem essa capacidade de organização e nem de reprodução. O Sr.  
1971 **Isaac Williams Farias Loureiro** (Culturas Populares) também  
1972 parabenizou a equipe da Cinemateca pelo trabalho desenvolvido;  
1973 Disse que na Região Norte da Amazônia possuem uma grande  
1974 dificuldade de acesso a esses conteúdos e até a esse equipamento  
1975 cultural que é o cinema; Ressaltou que queria saber dos planos de  
1976 trabalho que estão sendo propostos e quais as ações que estão sendo  
1977 previstas; Perguntou também se a Cinemateca tinha alguma  
1978 pretensão de ter algum programa, algum edital específico de  
1979 produção audiovisual em torno das culturas populares, em torno da  
1980 diversidade cultural e das culturas populares, que é um campo muito  
1981 amplo e que está presente em praticamente todos os municípios

1982 brasileiros e que tem poucos registros; Por fim, perguntou se o  
1983 Revelando Brasil estaria integrado dentro desse programa e como  
1984 que vão fazer para que esses conteúdos que são produzidos serem  
1985 disponibilizados para os Cines Mais Cultura que estão sendo criados,  
1986 conveniados em todo o país. O Sr. **Washington da Silva Queiroz**  
1987 (Patrimônio Imaterial) ressaltou que quando recebeu a comunicação  
1988 de que a reunião tinha tido a sua data modificada para os dias 22 e  
1989 23, que fez uma solicitação à coordenação do CNPC de que mudasse  
1990 a data se possível, pois o dia 23 ele é um dia que é extremamente  
1991 representativo para duas regiões do Brasil, Norte e Nordeste, onde se  
1992 realiza a festa mais importante dessa região; Colocou que há uma  
1993 série de eventos culturais que são importantes, em seu ver, e que  
1994 deveriam estar presentes; Ressaltou que o Marcelo Veiga o  
1995 respondeu de uma forma muito agradável, mas dizendo que não era  
1996 possível porque não tinha agenda, porque tinham muitos órgãos  
1997 públicos representados, inclusive o Ministro não tinha pauta;  
1998 Observou que o Norte e o Nordeste na próxima vez deveriam ter um  
1999 melhor tratamento e que fossem mais cuidadosos, não marcando a  
2000 reunião para um dia importante em seus Estados de origem; Com  
2001 relação ao objeto da discussão, também parabenizou, mas disse que  
2002 além da abrangência tem a questão em especial a abrangência para  
2003 as cidades do interior do Brasil como, por exemplo, Cristópolis e  
2004 Cotegipe, perto de Barreiras, no oeste da Bahia. A Sra. **Maria Dora**  
2005 **G. Mourão** (Presidente da Sociedade Amigos da Cinemateca)  
2006 agradeceu todas as manifestações em relação ao trabalho; Colocou  
2007 que a Cinemateca não era a prioridade em sua vida, porque era  
2008 professora da USP, e que, no entanto, se a Cinemateca não existisse  
2009 a sua formação não teria tido a qualidade que teve porque para quem  
2010 estuda, trabalha e faz cinema ter acervo, ter a possibilidade de ter  
2011 acervos, ter a memória bem cuidada, segundo ela é fundamental;  
2012 Comentou que quando as pessoas gostam do que a Cinemateca está  
2013 fazendo ela particularmente fica muito feliz, pela proximidade que ela



2014 tem com esse órgão; Disse que em relação ao Xpta.Lab., na verdade,  
2015 o objetivo do Xpta.Lab era justamente buscar núcleos de excelência  
2016 focados na pesquisa e na experimentação, esses núcleos eles só  
2017 estão nas universidades públicas e em algumas privadas, eles só  
2018 estão na academia inclusive; Colocou que esse projeto, da maneira  
2019 como ele foi encaminhado, incentivou a parceria entre a academia e  
2020 as empresas, mas a partir de uma coordenação da academia, porque  
2021 a pesquisa está lá, tem outro perfil do que pesquisa, assim, que pode  
2022 haver em grandes empresas, há empresas que se dedicam à  
2023 pesquisa em função de produtos que elas próprias fazem. A S  
2024 ra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital) questionou se a CAPES e o  
2025 CNPq já não cuidam disso. A Sra. **Maria Dora G. Mourão**  
2026 (Presidente da Sociedade Amigos da Cinemateca) respondeu que o  
2027 CNPq fomenta pesquisas individuais e a CAPES é o órgão que cuida  
2028 do aperfeiçoamento do ensino; Disse que esse projeto do Xpta.Lab.  
2029 ele não tem como perspectiva o financiamento de pesquisa como faz  
2030 o CNPq para pesquisas individuais e pesquisas de grupo como fazem  
2031 os órgãos financiadores de pesquisa dos estados; Disse que o  
2032 Xpta.Lab ele não está financiando pesquisas de grupos acadêmicos,  
2033 que ele está buscando onde a pesquisa já está existindo e buscando  
2034 os grupos que já existiam para que a partir deles se pudesse avançar  
2035 num projeto específico de experimentação, a experimentação  
2036 também ela está muito mais vinculada às academias, universidades  
2037 do que às empresas privadas. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte  
2038 Digital) questionou que não sabia como é que iriam avançar disso,  
2039 porque se o próximo Xpta tiver o mesmo perfil é que nem você dizer  
2040 que o cinema só pode ser feito "*não, a pesquisa de excelência do*  
2041 *cinema está na academia*". A Sra. **Maria Dora G. Mourão**  
2042 (Presidente da Sociedade Amigos da Cinemateca) respondeu que é  
2043 assim que ela está, a pesquisa em cinema ela está na academia. A  
2044 Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital) ressaltou que ela não só  
2045 está, que o que via era uma defesa de um nicho, e que estavam

2046 falando de cultura. A Sra. **Maria Dora G. Mourão** (Presidente da  
2047 Sociedade Amigos da Cinemateca) colocou que a Sra. Patrícia estava  
2048 na verdade contrapondo pesquisa à produção. A Sra. **Patrícia Kunst**  
2049 **Canetti** (Arte Digital) rebatei e disse que a pesquisa na internet em  
2050 outras áreas digitais existe fora da academia. Após discussões, a Sra.  
2051 **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital) sugeriu que abrissem então  
2052 dois editais, que nem cinemas, que se você vai para um edital de  
2053 cinema empresas podem concorrer a eles; Colocou que deveria abrir  
2054 e deixar o edital julgar se a sociedade fora da academia estava ou  
2055 não conseguindo apresentar pesquisa. A Sra. **Maria Dora G. Mourão**  
2056 (Presidente da Sociedade Amigos da Cinemateca) informou que esse  
2057 projeto ele não estava buscando produtos propriamente ditos, e sim  
2058 buscando experimentações, dar condições de avançar na  
2059 experimentação, independente do produto que vai ser resultante  
2060 dessa experimentação; Observou que a somatória de esforços é  
2061 muito importante, e que trazer a academia para este tipo de edital  
2062 junto com as empresas privadas, fazer essa parceria era algo muito  
2063 importante porque também há um preconceito muito grande em  
2064 relação à academia. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital)  
2065 esclareceu que a questão aqui não era essa, que não poderia estar  
2066 sendo preconceituosa com uma área que é eminentemente  
2067 acadêmica; Observou que estão querendo fazer é abrir, e essa é uma  
2068 das demandas inclusive vindas da Conferência Nacional de Cultura;  
2069 Ressaltou que o Xpta colocou uma hierarquia, que a idéia tinha que  
2070 vir da academia, e não poderia simplesmente vir de outro lugar.  
2071 Maria Dora pras considerações finais, por favor. A Sra. **Maria Dora**  
2072 **G. Mourão** respondeu que sabe da importância das idéias virem  
2073 também de outros lugares, que possui essa autocrítica, e que não era  
2074 nesse sentido que estava colocando; Ressaltou que era notório que é  
2075 na academia pública, na universidade pública que se faz pesquisa,  
2076 porque na maioria das universidades privadas não há pesquisa; Disse  
2077 que este edital propôs abrir o espaço para que essas pesquisas sejam

2078 divulgadas, sejam difundidas; Disse que a partir da academia, que é  
2079 onde se sabe que está a pesquisa, farão uma abertura e uma relação,  
2080 um diálogo com a empresa privada para juntos levar isto adiante. O  
2081 Sr. **Carlos Magalhães** (Diretor Executivo da Cinemateca Brasileira)  
2082 respondeu que a questão já estava bastante discutida, portanto que  
2083 comentaria a explanação do Sr. Ildeu e outras observações. Colocou  
2084 que o avanço é incrível, e que a capacidade e a capilaridade de  
2085 alguns programas são incríveis; Disse que obviamente estão abertos  
2086 a que essas obras circulem e que avancem muito, um trabalho  
2087 conjunto e com a expectativa da continuidade; Relatou que era uma  
2088 alimentação muito saudável do processo criativo inicial e da função  
2089 de instituições culturais e de instituições de ensino e pesquisa, enfim,  
2090 de desenvolvimento tecnológico; Colocou que estava contente por  
2091 terem conseguido passar esta abrangência dos programas que a SAC  
2092 tem desenvolvido em conjunto com a Cinemateca Brasileira e todo o  
2093 Ministério da Cultura; Ressaltou que é fato um avanço incrível, uma  
2094 capacidade enorme, e também que a capilaridade de alguns  
2095 programas é impressionante; Relatou que no ano passado, a Ana  
2096 Maria Magalhães fez dois vídeos muito bonitos sobre a obra, a  
2097 história do Afonso, do Rei Dinis, e da construção do Museu de Arte  
2098 Moderna, dos conjuntos habitacionais, onde tem depoimentos lindos  
2099 do Lúcio Costa; Lembrou que tem um material riquíssimo e que estão  
2100 à disposição; Ressaltou que a Cinemateca abriga qualquer obra  
2101 audiovisual, que ela não tem nenhum tipo de restrição nesse sentido,  
2102 e que qualquer obra audiovisual pode ser depositada lá  
2103 graciosamente; Observou que a única contrapartida obviamente é  
2104 que possam utilizá-la, desde que esteja nas condições técnicas, quer  
2105 dizer, a questão da preservação é fundamental, mas que possam  
2106 utilizá-la na missão de difusão; Colocou que era importante de uma  
2107 maneira absolutamente ativa discutindo conteúdos, entendendo os  
2108 limites da SAC em relação ao que é a proposição do próprio  
2109 Ministério, o que é proposição da Cinemateca, mas nunca se furtando

2110 a discutir esses conteúdos porque tem a qualificação para isso;  
2111 Ressaltou sua satisfação, que isso gera uma segurança maior ainda,  
2112 porque eles tem uma carga de trabalho monumental, mas ressaltou  
2113 que ele está satisfeito com isso; Finalizou sua participação naquele  
2114 momento e desejou um ótimo dia de trabalho a todos. O **Sr. Marcelo**  
2115 **Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) visando a continuidade da  
2116 pauta, passou a palavra ao Sr. Michel Etlin, da Associação Nacional  
2117 de Entidades Culturais. **Item 7) Resultado do GT Doações de**  
2118 **Obras de Arte:** O Sr. **Michel Etlin** (Associação Nacional de  
2119 Entidades Culturais) iniciou sua fala colocando que somos o único  
2120 país no mundo sem incentivos fiscais para doação de artes, os  
2121 colecionadores não doam seus projetos de artes justamente por não  
2122 terem incentivos, então vendem no exterior; Citou algumas obras  
2123 que perdemos e foram para outros países como Houston,  
2124 Washington, Londres e etc.; Ressaltou que este projeto de lei evitaria  
2125 os abusos da Lei Rouanet, com uma comissão que julgaria e os  
2126 colecionadores receberiam crédito descontado no imposto de renda;  
2127 Disse que os certificados de crédito terão dois anos a contar da data  
2128 de sua expedição e seus valores de face serão corrigidos pelos  
2129 mesmos índices e a mesma periodicidade aplicados para a correção  
2130 monetária dos tributos federais. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor  
2131 CNPC/MinC) realizou a leitura do referido Ante Projeto de Lei, qual  
2132 seja: "*Ante Projeto de Lei. Cria incentivos fiscais à doação de acervos*  
2133 *museológicos, arquivísticos e bibliográficos a entidades culturais de*  
2134 *natureza pública ou privada sem fins lucrativos, nas esferas federal,*  
2135 *estadual e municipal. Art. 1º - Fica instituído incentivo fiscal, a ser*  
2136 *concedido a doador, pessoa física ou jurídica, para a doação de*  
2137 *acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos de relevante*  
2138 *interesse a entidades culturais de natureza pública ou privada sem*  
2139 *fins lucrativos. Parágrafo único – Para os efeitos desta lei,*  
2140 *consideram-se, como entidades vocacionadas, as instituições*  
2141 *culturais de natureza pública ou privada sem fins lucrativos, que*

2142 *conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõe, para fins*  
2143 *de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e*  
2144 *turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico,*  
2145 *técnico ou de qualquer natureza cultural, abertas ao público, nas*  
2146 *esferas federal, estadual e municipal, a serviço da sociedade e de seu*  
2147 *desenvolvimento, e como doador, a pessoa física ou jurídica que*  
2148 *transfere, de uma maneira definitiva e irreversível, a propriedade de*  
2149 *um acervo museológico, arquivístico e bibliográfico de relevante*  
2150 *interesse a uma entidade cultural de natureza pública ou privada sem*  
2151 *fins lucrativos. Art. 2º - O incentivo fiscal de que trata essa lei*  
2152 *corresponderá ao recebimento, por parte do doador do acervo, de*  
2153 *certificado de crédito expedido pelo Ministério da Fazenda no valor da*  
2154 *doação. Parágrafo Único - Os portadores dos certificados de crédito,*  
2155 *cujo valor de face não sofrerá desconto, poderão utilizá-los para*  
2156 *pagamento de débitos junto à Receita Federal. Art. 3º - Os*  
2157 *certificados de crédito terão prazo de validade de 2 (dois) anos ao*  
2158 *contar de sua expedição, e seus valores de face serão corrigidos*  
2159 *pelos mesmos índices e a mesma periodicidade aplicados para a*  
2160 *correção monetária dos tributos federais. §1º Os certificados de que*  
2161 *trata o "caput" deste artigo poderão ser negociados pelo doador, que*  
2162 *terá a faculdade de ceder os direitos deles decorrentes a terceiros.*  
2163 *§2º Os Ministérios da Fazenda e da Cultura fixarão, de comum*  
2164 *acordo e anualmente, o valor total anual da emissão dos respectivos*  
2165 *certificados. Art. 4º - Fica autorizada a criação pelo Ministério da*  
2166 *Cultura de uma Comissão de Averiguação e Avaliação de Acervos,*  
2167 *independente e paritária, formada pelo Poder Público e pela*  
2168 *sociedade civil, com competência para analisar o mérito e o valor dos*  
2169 *acervos ofertados. §1º Os representantes do Poder Público serão*  
2170 *originários das entidades finalísticas, no âmbito do Ministério da*  
2171 *Cultura. §2º Os representantes da sociedade civil, de livre nomeação*  
2172 *pelo Ministro de Estado da Cultura, deverão ter comprovada*  
2173 *idoneidade e reconhecida notoriedade na área cultural. §3º Os*

2174 *mandatos dos membros da Comissão de Averiguação e Avaliação de*  
2175 *Acervos serão de 2 (dois) anos, podendo haver uma recondução. §4º*  
2176 *A Comissão, por maioria de seus membros, poderá consultar, em*  
2177 *caráter extraordinário, peritos, leiloeiros e colecionadores, de acordo*  
2178 *com a necessidade. Art. 5º - A Entidade beneficiária da doação*  
2179 *encaminhará à Comissão de Averiguação e Avaliação de Acervos a*  
2180 *oferta, mencionando o valor estimado da obra. Art. 6º - Esta lei*  
2181 *entrará em vigor na data de sua publicação".* O Sr. **Marcelo Veiga**  
2182 (Coordenador-Geral do CNPC) agradeceu ao Sr. Fabiano e colocou  
2183 que abriria as inscrições para quem quisesse defender algo ou dar  
2184 sugestões; Disse que sobre a publicação Cultura em Três Dimensões,  
2185 que só poderia ser distribuído esse material até o dia 3 de julho, por  
2186 se tratar de ano eleitoral, e que depois desta data não poderia ser  
2187 mais distribuído porque ria configurar propaganda ilícita. O Sr.  
2188 **Charles Narloch** (Artes Visuais) cumprimentou o companheiro  
2189 Michel pelo Ante Projeto de Lei; Observou que concorda com a  
2190 preocupação de saída do Brasil dessas coleções de arte e sugeriu que  
2191 o projeto fosse encaminhado aos colegiados. A Sra. **Maria das**  
2192 **Dores C. P. Prado** (Povos Indígenas) colocou que sobre o projeto é  
2193 muito importante pensando na questão dos povos indígenas por  
2194 causa das obras de arte; Disse também que existem processos como  
2195 esse e que o museu vai servir para essas situações, como o Museu  
2196 Cultural de São Paulo, com peças Pankararu, que descobriram que  
2197 existiam nos solos peças guardadas. O Sr. **Luiz Alberto Brizola**  
2198 **Cassol** (Audiovisual) que estava anteriormente inscrito, abriu mão de  
2199 sua explanação, pois se colocou contemplado. A Sra. **Heloísa Esser**  
2200 **dos Reis** (Arquivos) colocou que suas propostas não seriam  
2201 contempladas em três minutos apenas, mas que se a proposta do  
2202 colega Sr. Cassol foi contemplada, ela concordaria, e que também  
2203 deveriam pensar em editais específicos para as áreas. A Sra. **Ana**  
2204 **Cristina Ribeiro da Cunha** (SECOM) elogiou a iniciativa do Sr.  
2205 Michel e colocou que deveriam ter cuidado com a redação no

2206 contexto de quem vai receber a coleção, de que entidade é essa e  
2207 etc. Observou que deveriam atentar-se ao alerta da disponibilização  
2208 do acervo, não só o recebimento dele, mas também o que vai ser  
2209 feito com esse acervo. O Sr. **Nilton Aparecido Bobato** (Livro e  
2210 Leitura) apoiou a proposta do Sr. Charles e sugeriu incluir o Colegiado  
2211 de Livro e Leitura nessas necessidades; Disse que compartilha da  
2212 tese de que as leis de incentivo ainda mais abertas do jeito que é  
2213 uma proposta dessa, ela fica basicamente numa definição de  
2214 mercado; Colocou que a partir do momento que colocam a  
2215 possibilidade de que entidades privadas também recebam, ou seja,  
2216 de novo estarão alimentando a iniciativa privada com recursos que  
2217 são públicos; Ressaltou também que no parágrafo, qual seja: "*Os*  
2218 *representantes da sociedade civil de livre nomeação do Ministro de*  
2219 *Estado da Cultura deverão ter comprovado idoneidade e reconhecido*  
2220 *notoriedade na área cultural*", disse que se a lei for mantida, que a  
2221 priori seria contra esse texto, pois deveriam que incluir a participação  
2222 do CNPC, pelo menos na definição desse representante da sociedade  
2223 civil. O Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio Material) também  
2224 parabenizou ao Sr. Michel pela iniciativa do Ante Projeto de Lei e  
2225 observou que esse acervo desse ser disponibilizado sim para o  
2226 público, e sobre as entidades privadas, que a melhor instância seria  
2227 esse Conselho ou uma comissão para avaliar que entidades são  
2228 essas. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital) questionou se  
2229 não seria melhor debaterem primeiro a situação dos museus para  
2230 receberem acervos; Colocou que também tem a questão das reservas  
2231 técnicas e de espaços para terem salas permanentes; Observou que  
2232 não possuem salas de exposições permanentes e então as obras  
2233 acabam mesmo saindo do Brasil, que precisam primeiro cuidar dos  
2234 museus, de eles terem lugar para guardar as coisas, os arquivos e os  
2235 acervos; Ressaltou que havia um erro em relação ao segundo artigo,  
2236 onde fala que o certificado de crédito é expedido pelo Ministério da  
2237 Fazenda, pois tem que ser pelo Ministério da Cultura. O Sr. **Michel**

2238 **Etlin** (Associação Nacional de Entidades Culturais) ressaltou que a  
2239 descrição da instituição cultural que vai receber essas obras está  
2240 especificada que elas são para fim de preservação, estudo, pesquisa,  
2241 educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor  
2242 histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer natureza cultura  
2243 abertas ao público, nas esferas federal, estadual e municipal, a  
2244 serviço da sociedade e de seu desenvolvimento; Observou que está  
2245 perfeitamente descrito que são de natureza pública ou privada, sem  
2246 fins lucrativos, que eles conservam, investigam, comunicam,  
2247 interpretam, exposição para fins de preservação, estudo e pesquisa;  
2248 Disse que o papel dessa comissão é de julgar não só a qualidade da  
2249 obra como também a origem da obra, e que ele não via porque que  
2250 tem que mandar isso para os colegiados, pois isso poderia atrapalhar  
2251 e complicar; Colocou que o Conselho Nacional de Política Cultural é  
2252 acima dos colegiados setoriais e poderia decidir; Perguntou se  
2253 queriam fazer as listagens que seria uma linda e gloriosa ilusão da  
2254 vida paradigma, com várias e milhares de obras maravilhosas  
2255 ignoradas no país; Lembrou que cada casa que um Governo tentou  
2256 adentrar pertencentes ao público, os resultados foram imediatamente  
2257 a fuga das obras para outros países; Ressaltou que na França  
2258 obrigaram na declaração de bens, e após seis meses começaram a  
2259 aparecer as obras dessa pessoa na Inglaterra; Colocou que conhece  
2260 em São Paulo três coleções particulares e que os colecionadores não  
2261 tem tradição nenhuma, e geralmente são advogados, engenheiros,  
2262 donos de agências de viagem, mas as pessoas ricas não se  
2263 interessaram. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)  
2264 agradeceu as considerações e consultou o Plenário para saber se  
2265 estavam suficientemente informados acerca desse projeto e se teriam  
2266 condições de votar a aprovação do projeto na forma em que estava  
2267 apresentado. O Sr. **Nilton Aparecido Bobato** (Livro e Leitura)  
2268 colocou que deveriam num primeiro momento, encaminhar a  
2269 proposta aos colegiados, para discutirem e debaterem depois. O Sr.



2270 **Marcos Olender** (Patrimônio Material) colocou que se o colegiado  
2271 entendesse que se aprovaria o projeto, não se encaminharia para os  
2272 colegiados, mas abriria para discussão das retificações de redação  
2273 nele. O Sr. **Michel Etlin** (Associação Nacional de Entidades Culturais)  
2274 perguntou se estava aprovado esse projeto ou não estava. O Sr.  
2275 **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) acrescentou que o  
2276 encaminhamento era esse, que o Plenário ou tem condições de  
2277 discutir e aprovar ou não tem condições de discutir e aprovar e  
2278 mandar para os colegiados. Após discussões e deliberações, o  
2279 colegiado votou e decidiu por não aprovar o projeto naquele  
2280 momento e sim que ficaria na responsabilidade de todos os  
2281 representantes dos colegiados encaminharem suas proposta para os  
2282 outros membros do colegiado, e incluirão automaticamente na pauta  
2283 do colegiado em setembro essa questão para ser novamente  
2284 debatida. Após o intervalo para o almoço, o colegiado tornou a se  
2285 reunir. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) informou  
2286 que começariam a análise do item de pauta do termo de parceria Pró-  
2287 Capoeira do Iphan, mas que antes o Sr. Van Camp faria uso da  
2288 palavra. O Sr. **Freddy Van Camp** (Design) pediu licença aos colegas  
2289 conselheiros para rapidinho levantar um ponto que ele gostaria que  
2290 fosse incluído como pauta numa das próximas reuniões desse  
2291 Conselho; Colocou que todos sabem que estão tentando discutir,  
2292 implementar e ajudar a efetivar a cultura de um país continental, e  
2293 que nessa nova realidade dependem, claro, de vários fatores, mas  
2294 que um deles era fundamental, as novas mídias; Ressaltou que são  
2295 elas inclusive que estão permitindo universalizar o acesso à cultura, a  
2296 difusão da cultura, não só no nosso país, com as diferentes  
2297 modalidades que temos disponíveis, além de, claro, no exterior;  
2298 Observou que hoje somos um país que é conhecido por absorver  
2299 rapidamente novas tecnologias e se utilizar bem delas, e mal às  
2300 vezes também, né, como se sabe; Explicou que o uso da informática  
2301 é fundamental e que há dois componentes o *hardware*, nossos

2302 computadores, e o segundo é o *software*; Ressaltou que temos uma  
2303 política que felizmente foi iniciada por este governo no mandato  
2304 anterior e que universalizou o uso ao *hardware*; Saliou que todas  
2305 as áreas presentes, arte digital, animação, moda, música se utilizam  
2306 muito disso, vídeo, cinema, design, web, arquivos, arquitetura, tudo  
2307 dependente de *software*, e que temos ainda uma política que não é  
2308 inclusiva na área do *software*; Colocou que o *software* é caro, o  
2309 *software* é raro e que estamos perpetuando a política da pirataria do  
2310 *software*, brincou que "Se entrasse aqui neste momento nessa sala  
2311 uma fiscalização pra olhar os laptops que tem aqui, provavelmente  
2312 todos estariam ilegais"; Relatou que o governo acabou com o  
2313 contrabando de *hardware*, e questionou "Por que quê não pode  
2314 acabar com a pirataria de *software*?". O Sr. **Van Camp** colocou ainda  
2315 que se quiserem apresentar projetos em suas áreas que vão ter que  
2316 incluir um percentual alto só para compra de *software* legalizado, e  
2317 que hoje isso não é possível, mas que precisam encaminhar para que  
2318 isso seja no futuro. Na sequência, optaram por adiantar o nono item  
2319 de pauta e depois retornariam ao oitavo item. **Item 9) Termo de**  
2320 **Parceria Pró-Capoeira (IPHAN):** A Sra. **Márcia Santana** (Diretora  
2321 de Patrimônio Imaterial - IPHAN) cumprimentou a todos; Iniciou  
2322 informando que o Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à  
2323 Capoeira, Pró-Capoeira, não era um programa do Iphan; Informou  
2324 que o registro desses bens culturais tem amplitude nacional e foi  
2325 realizado tendo como referência pesquisa realizada nos estados da  
2326 Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro; Explicou que o Ofício dos  
2327 Mestres de Capoeira foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes em  
2328 20/11/2008 e o registro da Roda de Capoeira foi inscrita no Livro de  
2329 Registro das Formas de Expressão em 20/11/2000; Informou que  
2330 em vista disso o Ministério da Cultura baixou a portaria criando um  
2331 grupo de trabalho chamado de Grupo de Trabalho Pró-Capoeira;  
2332 Relatou que esse Grupo de Trabalho é composto pelo Iphan,  
2333 Fundação Cultural Palmares, Secretaria da Identidade e da

2334 Diversidade Cultural e pela Secretaria de Políticas Culturais do  
2335 Ministério da Cultura; Disse que na primeira fase, compreende: a  
2336 Análise e sistematização dos dados sobre mestres, praticantes e  
2337 grupos de capoeira nos arquivos do Prêmio Capoeira Viva, do  
2338 Programa Cultura Viva e a partir das inserções no cadastro preliminar  
2339 disponível na página do MinC; a Mobilização e contratação de 10  
2340 (dez) consultores especializados em capoeira para apoio ao GTPC no  
2341 planejamento e montagem dos encontros regionais (02 consultores  
2342 por Região); a Produção de material para divulgação dos encontros  
2343 regionais e distribuição junto ao campo da capoeira e aos meios de  
2344 comunicação; o Planejamento, organização, divulgação, realização e  
2345 documentação de 03 (três) encontros regionais; a Elaboração e  
2346 manutenção de página web do Programa Pró-Capoeira e a Elaboração  
2347 do sistema informatizado do Cadastro Nacional da Capoeira (CNC);  
2348 Informou que o custo estimado da Fase 1 é de R\$ 1.599.294,81 e foi  
2349 estipulado pelo Grupo; Relatou que é necessário que todas essas  
2350 atividades caminhem juntas, e que então há possibilidade através de  
2351 um termo de parceria; Informou que na segunda fase, compreende:  
2352 o Planejamento, organização, divulgação e realização de 02 (dois)  
2353 encontros regionais; a Preparação, discussão, lançamento e envio das  
2354 candidaturas da Roda de Capoeira à Lista Representativa da  
2355 Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e do  
2356 Ofício de Mestre de Capoeira para a Lista dos Bens em Necessidade  
2357 de Salvaguarda Urgente dessa convenção; a Sistematização e análise  
2358 dos resultados dos encontros regionais realizados com vistas à  
2359 elaboração do escopo final do Programa Pró-Capoeira e à definição  
2360 dos critérios para representação regional no encontro nacional para  
2361 validação do programa; o Planejamento, organização, divulgação,  
2362 realização e documentação do Encontro Nacional do Programa Pró-  
2363 Capoeira; o Lançamento e implantação do sistema informatizado do  
2364 Cadastro Nacional da Capoeira (CNC) e que o custo estimado dessa  
2365 segunda fase era de R\$ 2.918.802,15; Informou também que a

2366 Comissão ela foi firmada em agosto/setembro de 2009, que a  
2367 liberação do recurso orçamentário pelo Iphan foi em fevereiro 2010,  
2368 que a publicação do edital de concurso em 22/02/2010 e a publicação  
2369 da Portaria Iphan nº 97 de nomeação da Comissão Especial de  
2370 Seleção em 18/03/2010; Informou que os membros da Comissão  
2371 Especial de Seleção são: Sr. Luiz Phelipe de Carvalho Andrés,  
2372 presidente da Comissão, membro do CNPC e do Conselho Consultivo  
2373 do Patrimônio Cultural; Dr. Wallace de Deus Barbosa, Professor do  
2374 Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal  
2375 Fluminense, especialista em capoeira; e Dra. Rívia Ryker Bandeira de  
2376 Alencar, Coordenadora de Apoio à Sustentabilidade do DPI/Iphan;  
2377 Disse que a abertura das propostas foi dia 23/04/2010 e a publicação  
2378 do resultado do Concurso no dia 10/05/2010; Ressaltou que a  
2379 assinatura do Termo de Parceria está aguardando referendo do  
2380 CNPC; Por fim, informou que a estratégia de execução do Concurso  
2381 de Projetos voltado para Organizações da Sociedade Civil de  
2382 Interesse Público – OSCIP atuantes na área da cultura, foi por causa  
2383 da necessidade de instituição com experiência na área cultural e  
2384 neutralidade com relação às disputas e questões políticas do campo  
2385 da capoeira para apoiar o trabalho do GTPC e da possibilidade de  
2386 celebração de Termo de Parceria, instrumento voltado para a  
2387 aplicação de verbas públicas em programas de natureza pública e que  
2388 permite relacionamento transparente e baseado em resultados entre  
2389 o poder público e o terceiro setor. O Sr. **Washington da Silva**  
2390 **Queiroz** (Patrimônio Imaterial) realizou a leitura do seu parecer  
2391 referente ao Termo de Parceria celebrado entre o Ministério da  
2392 Cultura e a Organização da sociedade Civil de Interesse Público –  
2393 OSCIP, Centro Cultural Internacional INTERCULT-BSB, que, segundo  
2394 ele foi: *“Constatada a regularidade dos atos legais e procedimentais*  
2395 *indicados e que foram atendidos em acordo aos pareceres aprovados*  
2396 *e já mencionados e considerando que as exigências do Edital em*  
2397 *todos os seus aspectos e itens foram atendidas e que a empresa*

2398 *classificada atendeu aos quesitos Check List do Termo de Referência*  
2399 *e obteve pontuação acima da mínima (144 pontos) exigida, sendo*  
2400 *considerada habilitada, me posiciono favorável a aprovação do Termo*  
2401 *de Parceria em referência. Pelo exposto, salvo melhor juízo, este é o*  
2402 *meu parecer".* Na continuidade, o Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-  
2403 Geral do CNPC) deliberou algumas questões e perguntou quem era a  
2404 favor ao relatório, sem nenhuma posição contrária, foi aprovado por  
2405 unanimidade. A Sra. **Márcia Santana** (Diretora de Patrimônio  
2406 Imaterial - IPHAN) e o Sr. **Washington da Silva Queiroz**  
2407 (Patrimônio Imaterial) agradeceram a todos. A Sra. **Ilza Nogueira**  
2408 (Academia Brasileira de Música) colocou que a área reconhece essa  
2409 importância, e que ela não vê hoje em dia a pertinência de uma  
2410 divisão da área. O Sr. **Devair Antônio Fioretti** (Museus) aproveitou  
2411 que confirmou o Sr. Antonio Carlos, como seu suplente no Comitê.  
2412 Após breves deliberações, retornaram ao item pendente para dar  
2413 continuidade aos trabalhos. **Item 8) Resultados II Conferência**  
2414 **Nacional de Cultura/Filme CNC:** A Sra. **Silvana Meireles**  
2415 (Secretária de Articulação Institucional) iniciou sua apresentação  
2416 sobre os resultados da II Conferência Nacional de Cultura.  
2417 Apresentou os dados gerais das cinco etapas, municipal, estadual,  
2418 conferências livres, pré-conferências setoriais e a conferência  
2419 nacional; Explicou que a primeira etapa da Conferência Nacional,  
2420 começou nas cidades brasileiras, e fazendo um dado comparativo  
2421 com a 1ª Conferência Nacional, tiveram um salto de mais do que o  
2422 triplo de conferências municipais nesse período de 2009; Informou  
2423 que foram 3.117 cidades brasileiras que realizaram conferências, e  
2424 que do ponto de vista qualitativo, representavam avanços maiores do  
2425 que o próprio Ministério, no que diz respeito, por exemplo, aos  
2426 sistemas municipais de cultura ou sistemas estaduais de culturas;  
2427 Relatou que em relação à 1ª Conferência também foi introduzida uma  
2428 outra modalidade de conferência, foram as conferências livres, foram  
2429 realizadas 26 conferências muitas das quais puxadas pelos Pontos de

2430 Culturas, algumas inclusive realizaram as TEIAs regionais juntamente  
2431 com as Conferências livres, e que a primeira delas foram conferências  
2432 convocadas e organizadas pelos pontos de medidas livre,  
2433 selecionados no ano de 2008, e essas Conferências envolveram 1.200  
2434 pessoas; Ressaltou que a Região Nordeste se destacou com quase  
2435 63% de municípios realizando Conferências municipais, em seguida a  
2436 Região Sul e Sudeste com cerca de 54% a 53% de municípios que  
2437 realizaram conferências municipais respectivamente e o Centro-Oeste  
2438 com cerca de 25% dos municípios; Frisou que foram sistematizadas,  
2439 analisadas e esquematizadas 345 propostas, sete mini-plenárias,  
2440 cinco eixos, e em dois desses eixos e na plenária final foram eleitas  
2441 32 prioridades, sendo 32 das quais priorizadas, sendo duas por cada  
2442 um dos sub-eixos da Conferência Nacional, além das 95 prioridades  
2443 das pré-conferências setoriais. Mencionou que fazer a II Conferência  
2444 com a participação do Conselho também foi extremamente  
2445 importante e que qualificou bastante a II Conferência Nacional;  
2446 Observou que do ponto de vista interno do Ministério da Cultura, foi  
2447 uma grande lição de integração, pois todas as áreas do Ministério da  
2448 Cultura puderam estar integradas na Conferência e não só nos quatro  
2449 dias da Conferência, mas ao longo de todo processo e que isso  
2450 ajudou o Ministério a crescer e a ver cada vez mais todos os  
2451 segmentos interagindo, e de fato exercitando essa diversidade. O Sr.  
2452 **Joãozinho Ribeiro** (Coordenador Geral de Articulação e Integração  
2453 de Ações) acrescentou aspectos sobre a parte da construção do  
2454 mecanismo e também sobre a avaliação periódica; Colocou também  
2455 que, reforçando o que a Silvana já tinha colocado, esse instrumento  
2456 no estado do Rio Grande do Sul, nos dias 29 e 30, estará realizando  
2457 um evento de grande porte e dentro desses dois eventos está  
2458 previsto um painel para discutirem suas plataformas pra área da  
2459 cultura. Após alguns esclarecimentos por parte da Sra. Silvana, o Sr.  
2460 **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) agradeceu e deu  
2461 continuidade a reunião; Iniciou a leitura o documento, da carta para

2462 poderem deliberar a seguir, qual seja: "O Plenário do Conselho  
2463 Nacional de Política Cultural – CNPC, reunido nos dias 22 e 23 de  
2464 junho de 2010, decide apresentar aos candidatos e candidatas às  
2465 eleições deste ano, o requerimento para que priorizem na campanha,  
2466 programas e debates, as políticas públicas para o setor de cultura.  
2467 Considerando as deliberações da II Conferência Nacional de Cultura  
2468 (em anexo), construída com a participação de representantes da  
2469 sociedade civil e poder público oriundos de fóruns e conferências  
2470 realizados em mais de 3 mil municípios e em todos os estados  
2471 brasileiros; Considerando que as políticas culturais devem valorizar o  
2472 capital simbólico, através do fomento à sua expressão múltipla e  
2473 diversa, gerando qualidade de vida, auto-estima e laços de  
2474 identidade e pertencimento entre os brasileiros. Considerando que a  
2475 economia da cultura corresponde a 7% do PIB nacional, gera  
2476 emprego e renda não só a artistas e produtores, mas a um conjunto  
2477 de trabalhadores que atuam direta ou indiretamente na produção,  
2478 manutenção e comercialização dos bens culturais. Considerando que  
2479 o desenvolvimento cultural de um povo, de uma comunidade,  
2480 constrói uma sociedade mais consciente, saudável e segura. São  
2481 questões prioritárias para o desenvolvimento das políticas públicas de  
2482 cultura: a democratização do acesso a bens culturais, o incentivo à  
2483 produção cultural, à cultura como direito de cidadania e à inclusão do  
2484 patrimônio material e imaterial nos conceitos de gestão urbana; 1) a  
2485 consolidação de políticas de cultura articuladas com as demais  
2486 políticas de desenvolvimento social, educação, saúde,  
2487 desenvolvimento urbano e rural, desenvolvimento econômico e  
2488 turismo; 2) a consolidação do Sistema Nacional de Cultura e seus  
2489 desdobramentos e sub-sistemas, setoriais, estaduais e municipais; 3)  
2490 a consolidação do Plano Nacional de Cultura e dos respectivos planos  
2491 estaduais e municipais; 4) a consolidação do Fundo Nacional de  
2492 Cultura e o estímulo à criação de fundos estaduais e municipais, com  
2493 destinação de recursos diretos; 5) a previsão de no mínimo 2% do

2494 *orçamento geral da união, 1,5% do orçamento dos estados e 1% do*  
2495 *orçamento dos municípios para a cultura; 6) a garantia às ações de*  
2496 *democratização do acesso à diversidade cultural, com a efetiva*  
2497 *atuação e investimento público do Estado em regiões com realidades*  
2498 *específicas; e 7) a manutenção das instâncias representativas da*  
2499 *sociedade civil nas decisões relativas às políticas públicas de cultura,*  
2500 *como fóruns, colegiados, conselhos e conferências. Na sequência,*  
2501 *foram para o próximo item de pauta. **Item 10) Concursos do***  
2502 **Ministério da Cultura:** *O Sr. **Gilton de Matos Pereira***  
2503 *(Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas/MinC) iniciou sua*  
2504 *explanção sobre a questão dos concursos públicos do Ministério da*  
2505 *Cultura; Informou que conseguiram aprovar em 2006, no Curso de*  
2506 *Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Cultura, um total de*  
2507 *43 alunos, e que esse curso que estão fazendo agora possui 28*  
2508 *alunos cursando; Relatou que um problema que é grave na questão*  
2509 *dos concursos no âmbito do Ministério da Cultura, é a questão da*  
2510 *falta de quadro de servidores em quantitativo adequado para o*  
2511 *cumprimento da missão institucional dos órgãos/entidades no setor*  
2512 *Cultura do Governo Federal; Colocou também que outro grave*  
2513 *problema é a inexistência de Plano de Carreira e de uma Política*  
2514 *remuneratória adequada para os servidores do MinC, IPHAN, FBN,*  
2515 *FUNARTE e FCP; e a inexistência de Plano de Capacitação para os*  
2516 *servidores do Sistema MinC; Observou que as metas definidas em*  
2517 *2002 pela administração foram a recomposição do quadro*  
2518 *permanente dos órgãos/entidades do Sistema MinC, a*  
2519 *institucionalização do programa de capacitação para os servidores do*  
2520 *Sistema MinC, a recomposição da estrutura remuneratória dos*  
2521 *servidores, e a racionalização de cargos e definição da estrutura*  
2522 *básica para a implantação do Plano de Carreira para o Setor Cultura*  
2523 *do Governo Federal, exceto a Fundação Casa Rui Barbosa e a Agência*  
2524 *Nacional de Cinema; Explicou que teve a realização de Concursos*  
2525 *Públicos em 2006 para provimento de 489 cargos sendo: 56 no MinC,*



2526 222 no IPHAN, 111 na FBN, 88 na FUNARTE e 12 na FCP, e a baixa  
2527 remuneração apresentou uma taxa de evasão média de 17,2%,  
2528 ressaltou que essa era a realidade; Informou que tem dificultadores  
2529 para reter ou a atrair os talentos, que não conseguem reter essa  
2530 força de trabalho e que passaram quase dois anos em um projeto de  
2531 negociação; Colocou que isso era um fator trágico, que esse acordo  
2532 do termo não foi cumprido até hoje e que é extremamente  
2533 importante esse segmento cultural para que consigam avançar;  
2534 Informou que sobre a questão dos concursos especificamente o  
2535 grande salto que se pode dar seria a possibilidade de atrair as  
2536 pessoas através do edital; Observou que há um Projeto de Lei em  
2537 tramitação na Câmara dos Deputados, o [PL 5895/2009](#), que  
2538 transforma cargos vagos de outras carreiras para o do Plano Especial  
2539 de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de  
2540 dezembro de 2005; Disse ainda que fizeram esse desenho, esse  
2541 projeto com vista na racionalização dos cargos; Informou que fizeram  
2542 uma proposta de outras ações para melhoria da Gestão de Pessoas  
2543 como a implementação da Gestão por Competências, a implantação  
2544 da plataforma tecnológica para ensino a distância, a gestão do  
2545 conhecimento, o recadastramento dos servidores e o  
2546 desenvolvimento de um sistema informatizado para a gestão de RH.  
2547 Na continuidade, o Sr. **Gilton de Matos Pereira** (Coordenador-Geral  
2548 de Gestão de Pessoas/MinC) respondeu algumas perguntas, fez  
2549 alguns esclarecimentos e os conselheiros deram sequência a pauta de  
2550 trabalho. **Item 11) Encaminhamentos, Informes e Breves**  
2551 **Comunicações:** Na continuidade, o Sr. **Marcelo Veiga**  
2552 (Coordenador-Geral do CNPC) abriu inscrições para as últimas  
2553 deliberações. Os conselheiros aprovaram as seguintes moções:  
2554 *MOÇÃO Nº 21, DE 23 DE JUNHO DE 2010. Moção de Alerta ao Governo do Estado de Santa*  
2555 *Catarina, à Fundação Catarinense de Cultura e à Universidade do Estado de Santa Catarina, pela proposta*  
2556 *de instalação de filiais do Liceu de Artes de Florença – Itália, em cidades catarinenses. O CONSELHO*  
2557 *NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL – CNPC, reunido em Sessão Ordinária, nos*

2558 dias 22 e 23 de junho de 2010, e no uso das competências que lhe são conferidas pelo  
2559 Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009, tendo  
2560 em vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de  
2561 março de 2010, aprova moção de alerta ao Governo do Estado de Santa Catarina, à  
2562 Fundação Catarinense de Cultura e à Universidade do Estado de Santa Catarina, em  
2563 relação à proposta de instalação de filiais do Liceu de Artes de Florença – Itália, em  
2564 cidades catarinenses. O CNPC entende que a instalação de equipamentos culturais  
2565 internacionais em território brasileiro, que atuam em sistema de franquias, necessita  
2566 de prévia e cautelosa discussão com a sociedade civil, principalmente quando partem  
2567 de iniciativa do poder público, tendo em vista a necessidade de detalhada análise dos  
2568 impactos sobre a produção artística e cultural brasileira, especialmente em convênios  
2569 que permitam a aquisição de bens e fazeres culturais de forma unilateral. Desta feita, o  
2570 CNPC apela às instituições responsáveis pelo projeto de implantação do Liceu de Arte  
2571 de Florença no Estado de Santa Catarina para que, antes de efetivar o referido projeto,  
2572 promovam amplo debate e consulta pública, submetendo o assunto aos fóruns,  
2573 colegiados, conselhos municipais e conferências locais, assim como profissionais  
2574 responsáveis por formação em artes, considerando os princípios básicos da  
2575 democracia para definição de políticas públicas, com efetiva participação da  
2576 sociedade. **MOÇÃO Nº 22, DE 23 DE JUNHO DE 2010.** Moção de Apoio ao reconhecimento e à  
2577 regulamentação da profissão de Vaqueiro. O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA  
2578 CULTURAL – CNPC, reunido em Sessão Ordinária, nos dias 22 e 23 de junho de 2010,  
2579 e no uso das competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de  
2580 agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu  
2581 Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, e;  
2582 Considerando que foi o vaqueiro que desbravou e abriu os sertões da Bahia, do  
2583 Nordeste e de outras regiões do Brasil, ampliando a geografia da então colônia;  
2584 Considerando que foi o vaqueiro que iniciou, a partir da dinastia dos d'Ávila da Casa  
2585 da Torre, a expansão pastoril saindo do litoral, atravessando o recôncavo e se  
2586 estabelecendo nos sertões; Considerando que o vaqueiro foi determinante para a  
2587 criação do fenômeno sócio-econômico da pecuária, pontuando com locais de pouso,  
2588 currais, primeiros arruados, aquilo que viria a ser as cidades do sertão do Nordeste e,  
2589 mais tarde, o território do Estado da Bahia; Considerando que esses elementos fizeram  
2590 do vaqueiro, profissional de uma singular especificidade, o responsável pela criação de

2591 *todo um acervo social e cultural que abrange desde uma riquíssima e singular tradição*  
2592 *oral, vasta tecnologia material e saberes diversos; Considerando a importância*  
2593 *histórica do vaqueiro para vastas regiões do Brasil; e Considerando não ser justo que*  
2594 *o vaqueiro, símbolo nordestino e brasileiro, não tenha a sua profissão reconhecida:*  
2595 *Aprova moção de apoio ao reconhecimento e à regulamentação da profissão de*  
2596 *vaqueiro, afim de corrigir essa injustiça, proporcionando ao mesmo o reconhecimento*  
2597 *e a regulamentação da sua profissão, com o devido registro que lhes permitirá o acesso*  
2598 *aos benefícios sociais a que têm direito, conforme prevê o Projeto de Lei nº 2.123/2007*  
2599 *em trâmite na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. MOÇÃO Nº 23,*  
2600 **DE 23 DE JUNHO DE 2010.** *Moção de apreensão com a desativação do Conselho de Cultura do Estado*  
2601 *do Amapá. O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL – CNPC, reunido em*  
2602 *Sessão Ordinária, nos dias 22 e 23 de junho de 2010, e no uso das competências que*  
2603 *lhe são conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo*  
2604 *Decreto nº 6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado*  
2605 *pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, e; Considerando as informações*  
2606 *recebidas pelo Conselheiro Osvaldo Viegas, representante do Fórum Nacional dos*  
2607 *Conselhos Estaduais de Cultura – Conecta, transmitidas pelo ex-presidente do*  
2608 *Conselho Estadual de Cultura do Estado do Amapá, Nilson Montoril, de que o referido*  
2609 *Conselho encontra-se desativado em função do fim dos mandatos dos atuais*  
2610 *conselheiros sem a nomeação de novos conselheiros: Vem demonstrar a apreensão de*  
2611 *seus membros com a desativação daquela importante instância de discussão e reflexão*  
2612 *para a condução das políticas públicas de cultura do Estado do Amapá e solicitar a*  
2613 *nomeação dos respectivos conselheiros, para que este Conselho Nacional continue a*  
2614 *dispor da contraparte estadual, fundamental para o efetivo funcionamento do Sistema*  
2615 *Nacional de Cultura, no qual articulamos as três instâncias federativas. MOÇÃO Nº 24,*  
2616 **DE 23 DE JUNHO DE 2010.** *Moção Honrosa pelo centenário de nascimento de Aurélio Buarque de*  
2617 *Holanda. O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL – CNPC, reunido em*  
2618 *Sessão Ordinária, nos dias 22 e 23 de junho de 2010, e no uso das competências que*  
2619 *lhe são conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo*  
2620 *Decreto nº 6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado*  
2621 *pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, aprova moção honrosa pelo centenário de*  
2622 *nascimento, ocorrido em 03 de maio último, de Aurélio Buarque de Holanda, filólogo,*  
2623 *lexicógrafo, tradutor, contista e poeta. MOÇÃO Nº 25, DE 23 DE JUNHO DE 2010.*

2624 *Moção de Apoio à Câmara Setorial de Dança pelo cumprimento da Recomendação nº 01/2005, que*  
2625 *aconselha a todas as instâncias públicas ou privadas, em todas as esferas da Federação, que evitem o uso da*  
2626 *nomenclatura ARTES CÊNICAS como expressão generalizadora de áreas distintas como Teatro, Dança, Circo*  
2627 *e Ópera. O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL – CNPC, reunido em*  
2628 *Sessão Ordinária, nos dias 22 e 23 de junho de 2010, e no uso das competências que*  
2629 *lhe são conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo*  
2630 *Decreto nº 6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado*  
2631 *pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, e: Considerando que a Dança é uma*  
2632 *linguagem artística autônoma no campo do conhecimento; Considerando a*  
2633 *importância da Dança como forma de expressão artística cultural no Brasil;*  
2634 *Considerando que, segundo dados do IBGE, a Dança é a segunda atividade artística*  
2635 *mais disseminada no território, sendo que cinquenta e seis por cento dos municípios*  
2636 *brasileiros abrigam grupos de dança; Considerando que o ensino da Dança tem suas*  
2637 *próprias Diretrizes Curriculares organizadas pelo Ministério da Educação – MEC e*  
2638 *pertence a área de ARTES; e Considerando a necessidade de alteração da legislação*  
2639 *vigente para a adequação necessária de maneira a assegurar e fortalecer os direitos e*  
2640 *deveres dos artistas da dança afim de que possam empenhar, efetivamente, suas*  
2641 *atividades de forma coerente com suas especificidades; Manifesta seu total e irrestrito*  
2642 *apoio ao cumprimento da Recomendação nº 01/2005, da Câmara Setorial de Dança,*  
2643 *que aconselha a todas as instâncias públicas ou privadas, em todas as esferas da*  
2644 *Federação, que evitem o uso da nomenclatura ARTES CÊNICAS como expressão*  
2645 *generalizadora de áreas distintas como Circo, Dança, Ópera e Teatro. Nada mais*  
2646 *havendo a ser tratado naquele momento, o Sr. **Marcelo Veiga***  
2647 *(Coordenador-Geral do CNPC) agradeceu a todos pelo empenho, pelo*  
2648 *trabalho realizado e encerrou a 10ª Reunião Ordinária do CNPC.*